



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1558/03	DATA: 25/09/03
INÍCIO: 12h8min	TÉRMINO: 15h14min	DURAÇÃO: 3h5min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h6min	PÁGINAS: 93	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Representante da Golfo Petróleo e da Fórmula Brasil.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis. O início da reunião não foi gravado. Grafias não confirmadas: May Lup Ronei Dentsin Roxane Lup



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - *(Início não gravado.)* ... porque nós temos uma resolução de não fazer as diligências em postos. Como não é em postos, a gente oficializa, a gente faz em votação, oficializa a diligência na Bahia, nessa central.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Posso fazer de novo, mas a Secretaria já tem há um mês, aprovado, inclusive, o formato de como será essa audiência na Bahia. Só podemos reforçar, e eu estou aqui reforçando que é amanhã, mas isso há um mês está aqui, o requerimento meu, por escrito, já esta aprovado nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Então olha só, já tem um requerimento, já está aprovado. Olha só, pessoal, para cada companheiro da...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, instale os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Já estão instalados. Declaro aberta a sessão extraordinário. Quero dizer que temos quarta-feira pela manhã, 10h, uma sessão deliberativa; às 11h...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, só voltarei a esse sentido...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Claro. Estou dando, independente... Aí, à tarde, vamos ter a empresa que o Eduardo... a Covan, a partir das 14h30min, e a outra empresa que o Eduardo Cunha está querendo...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - A Polo, às 16h, a Polo.

(Não identificado) - Ele foi a uma audiência agora com o Ministro Palocci e com a Governadora. Ele está precisando que a Polo venha para poder colher os elementos, acho que a partir daí ele vai chegar à Golfo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero pedir para que abram as portas para começar a audiência.

(Não identificado) - Sr. Presidente, tem 3 requerimentos meus aí que espero que na próxima sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, quarta-feira tem deliberação.



(Não identificado) - Quebra de sigilo bancário também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Olha só, requerimentos. Ao acabar essa audiência, nós vamos lá para a ouvidoria e a gente bate os requerimentos, para todo mundo já ir para os seus Estados sabendo que vai, quarta-feira decidir. Peço para a Segurança abrir a porta vamos começar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, diante dos fatos que aconteceram ontem, queria me solidarizar com V.Exa. pelos fatos que todos nós presenciamos aqui, e quero me solidarizar com o Presidente, sobre uma nota que saiu no jornal de Salvador, que fala sobre o que aconteceu e diz claramente... Um Deputado que faz parte desta Comissão diz claramente que foi uma palhaçada. Então, Presidente, se isso que aconteceu ontem foi uma palhaçada, V.Exa. é palhaço, porque V.Exa. foi — e não sou eu que estou dizendo, está escrito aqui com declarações de um Deputado desta CPI... Já passei às mãos de V.Exa. esse recorte de jornal, que traz o cotidiano da política rasteira em Salvador, na Bahia, para o Plenário desta Casa e para a imprensa, coisa que não tem cabimento, Sr. Presidente; isso é coisa de gente menor, de gente que realmente não sabe, ausente, e que eu ignoro. Porque eu não trago para esta CPI absolutamente nada que se trata da política da Bahia, das coisas que acontecem lá. Mas esse Deputado, ele costumeiramente faz isso. Mas isso um dia para, Sr. Presidente, um dia tem que parar, porque não trago para cá as preferências de um ou de outro, os traumas que as outras coisas... defeitos congêneres e outras coisas desse tipo. Prefiro que fique com ele. Mas em determinado momento, paciência tem limite, e a gente pode tomar providências um pouco mais drástica. Mas agora é V.Exa. que tem que tomar, porque não fui ofendido, não fiz nada, quem deu voz de prisão foi V.Exa., então V.Exa., quero me solidarizar, e quero que todos os presentes... Peço a todos os presentes uma moção de solidariedade ao Presidente Carlos Santana pela grave acusação que recebeu de um integrante dessa CPI do meu Estado. Era isso, Sr. Presidente, que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero passar ao nobre Deputado Bassuma. Chegou a minha mão, saiu hoje no *A Tarde*. Não quero me posicionar, antes de ouvir o Deputado Bassuma, sobre essa matéria que saiu.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Sr. Presidente, me chegou também às mãos aqui uma xerox. Não li esse jornal, não sei se é a mesma que está falando, repórter



Cinthia Keler, jornal *A Tarde*. Li aqui rapidamente a matéria, a repórter Cinthia Keler ela é uma jornalista que cobre a Assembléia Legislativa da Bahia e todas as vezes que acontece alguma coisa com combustível na Bahia, por eu ter feito um trabalho que ficou extremamente reconhecido em todos os meios de comunicação, pelo empenho que tive na CPI, que foi uma catástrofe lá na Bahia, que não tem nem relatório final até hoje, eu já apresentei isso aqui inúmeras vezes, aí essa jornalista, acontece alguma coisa, eu sou referência, ela me liga. Eu desconheço, não usei jamais essas palavras, precisa haver uma retificação. Apenas, o que eu disse? Quero dar meu julgamento do que aconteceu ontem. Disse para ela: *“Diante de tudo que aconteceu na CPI, de coisas importantíssimas e graves”* — aí citei, sim, a juíza de Nova Friburgo, citei até o caso de Ari Natalino, que não está aqui. Agora, achei o comportamento do Deputado José Carlos Araújo equivocado, ontem, quando pressionou, praticamente levou o Presidente a uma situação de tomar uma posição abrupta e sob pressão, quando não devia ser assim. Era o primeiro caso, isso foi tudo o que estou reportando, que falei para ela, pelo celular, ontem. Então o juízo de valor aqui foi dela. Eu disse: *“É coisa pequena que aconteceu”*. Agora, o Deputado José Carlos colocou o Presidente numa situação difícil. Ele agiu certo, não tinha outra saída. Agora, não era, essa situação não era nunca... Porque já teve situações bem mais graves nessa CPI e que nós estamos buscando chegar lá. Então eu preciso que essa jornalista realmente recupere a informação como ela foi, real; não teve isso. Juízo de valor no meu... Essas palavras que estão aqui não usei. Agora, disse isso e reafirmo o que disse: achei que foi profundamente equivocado ontem; poderia colocar o Presidente e toda CPI numa situação de desmoralização. Agora precisa reforçar o seguinte, Sr. Presidente, por que as pessoas fazem essa avaliação na Bahia? Porque o Deputado José Carlos Araújo, todo mundo sabe, lá na Bahia, fez uma CPI que acabou em pizza, não deu em nada, não tem relatório final, não deu *quorum* nunca. Denunciamos isso amplamente em todos os meios de comunicação e essa é a referência que tem lá. Então, cada vez que acontece alguma coisa, os repórteres, que acompanham inclusive esse trabalho na Assembléia, fazem esse julgamento. Preciso que a jornalista Cinthia Keler apenas se reporte. Eu não falei essas palavras e ela vai ter de se posicionar falando o que eu falei. Como foi pelo celular, estou reafirmando aqui o que disse: achei equivocada. E reafirmo aqui: achei que foi uma coisa menor, não poderia ter tomado



aquela postura ontem sem ter feito antes o indicativo, que é de responsabilidade. “*Suspende a sessão*”. Pedi ao Presidente que suspendesse para que fosse feita uma análise por todos os membros, porque, depois de tomada a situação, não tem mais volta. Achei que foi muito ruim o que aconteceu ontem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero dizer que estou tentando conduzir esta CPI sem entrar no mérito das disputas eleitorais ideológicas de cada Estado. Sempre digo para cada companheiro: é minha prioridade número um, neste primeiro ano desta Legislatura, a CPI. Não estou fazendo... Sou titular da Comissão de Transportes, tenho vasta experiência na área de transportes, está aqui nosso ex-Ministro que sabe da minha atuação. Estou há mais de quatro meses sem dar presença na Comissão de Transportes porque estou me dedicando, estou viajando para vários Estados onde poderíamos ter mais pessoas envolvidas, muito mais pessoas envolvidas, e não estamos tendo. Então, peço que, pelo amor de Deus, porque acredito num Deus. Então, pelo amor de Deus, não vamos trazer as questões dos Estados para cá, porque vamos ter dificuldade de conduzir. Espero que o nobre Deputado Bassuma entre em contato, faça entender um contato com essa jornalista, explique a ela, porque, da forma como está aqui, pega a mim e pega toda a Comissão.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Pediria encaminhamento à Procuradoria da Casa para que tomasse as providências cabíveis. Acho que encerraria o caso, porque aciona a jornalista, ela retifica ou não e faz o encaminhamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tá. Porque fica uma coisa ruim para toda a Comissão.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - E dá uma resposta legal para o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quer dizer, como não foi gravado, ela pode dizer que: “*Não, não foi isso*”. Então, quero assim e quero ajudar. Estou tendo esse trabalho. Essa não é a primeira... A gente já teve problema em outros Estados, estamos tentando solucionar também no diálogo, na participação, tentando mostrar o máximo possível nas audiências que estamos fazendo nos



Estados, e temos um caso exemplar que foi na Paraíba. “Ah, por que o Prefeito não veio?” Não, o Prefeito foi convidado. Ele pode vir se ele quiser ou não. Se fosse outro: “Não! Parará, o Prefeito tinha que estar aqui!” Não, não veio. Entendeu? Se o Prefeito até dissesse que íamos no gabinete dele, a gente ia lá no gabinete dele. Então, eu não quero entrar, de maneira nenhuma, não quero entrar, até porque, mais tarde, a gente vai continuar sendo colegas aqui da Casa, no dia-a-dia, e vamos continuar. E todo mundo sabe como é que me posiciono dentro desta Casa. Estou há 12 anos dentro desta Casa, cheguei aqui menino, mas há 12 anos. Cheguei aqui menino. Trinta anos é menino.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Então, eu quero dizer...

(Não identificado) - Sr. Presidente, o senhor tem a solidariedade de todos nós e o reconhecimento de todos nós. Acho que isso já é um fato localizado e lastimável para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Então, quero deixar isso. Com a palavra o André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, acho que, a partir de agora, nossa Secretaria tem de convocar, tem de cumprir o que manda o escopo de uma CPI para que, no futuro, não aconteça ou não ocorra mais o que ocorreu, apesar de que V.Exa. agiu dentro da lei, porque é o que diz a lei: “A autoridade deve e o povo pode”. E V.Exa., naquele momento, cumpriu mas convocar, a partir de agora convocar, convocar empresa. Acho que tem de ser por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos lá. Vamos passar. Vamos chamar o... Cadê o... Autorizo a abertura das portas, as 2. (*Pausa.*)

(Não identificado) - Quero, neste instante, justificar, Sr. Presidente, minha ausência na sessão anterior em função de hoje estar havendo uma sessão comemorativa ao jornal *A Gazeta* do Espírito Santo, e fui designado pela Liderança do meu partido para falar em nome do PFL. Em função disso, fiquei impedido de comparecer, de estar presente como gostaria que estivesse aqui. E quero dizer a V.Exa. que também não vou poder ficar muito tempo porque tenho já viagem para Salvador onde vou esperar o Sr. Presidente e os Deputados que vão à Bahia, minha terra, onde nasci e terei todo prazer de recebê-los, no dia de hoje e amanhã, em Salvador.



(Não identificado) - Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de comunicar aos companheiros da Comissão que fui autor do requerimento de homenagem aos 75 anos do jornal *A Gazeta* e também cheguei atrasado exatamente. Acho que todos nós estamos homenageados nesta homenagem ao jornal *A Gazeta*. somos capixabas, e sobretudo os brasileiros que queremos uma imprensa cada vez mais ética e imparcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ainda mais porque é da terrinha.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. Só para lembrar aos companheiros que V.Exa. marcou para terça-feira, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É, terça-feira, às 9h da manhã...

(Não identificado) - Às 9h, lá no Ponto Zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - No Ponto Zero, que vamos ouvir...

(Não identificado) - É só um lembrete, para quem quiser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É, porque, para o Alexandre, para o André, entendeu, para a gente se encontrar lá na porta do Ponto Zero, na terça-feira.

(Não identificado) - Vai ser ouvida, lá, uma testemunha que está presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Uma testemunha, lá, que está presa.

(Não identificado) - Só a título de lembrete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Muito... *(Pausa.)* Sr. Dirceu, o senhor disporá de 20 minutos para fazer a exposição, porque depois vai começar as perguntas dos nobres Deputados. Só que antes disso, nós vamos fazer todo o processo de juramento. *(Pausa.)* Peço que todos fiquem de pé porque vai ser lido o compromisso.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sr. Dirceu, disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, eu gostaria muito de dizer aos senhores que agradeço muito a oportunidade por estar aqui nesta Casa, que é a Casa do povo, onde espero ter oportunidade de apresentar minha pessoa, mostrar a verdade de todos os fatos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado. Gostaria apenas de solicitar ao depoente que fizesse sua qualificação, ou seja, seu nome, a empresa que você trabalha ou representa, a empresa ou empresas etc., apenas para que tenhamos sua exata qualificação. Por favor.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não. Sou Dirceu Antônio de Oliveira Júnior, represento o Grupo Golfo Fórmula Brasil. Tenho 48 anos de idade, sou empresário e a minha história no petróleo é uma história que começou pelo meu pai. Meu pai foi um ex-funcionário da Shell. Iniciou a carreira dele trabalhando na companhia e, ao longo da vida, ele começou, depois que ele saiu da empresa, ele passou a ser transportador da companhia. E praticamente ele foi um pioneiro no transporte de querosene/aviação, gasolina/aviação na época. Então, ele fazia o transporte de São Paulo para Uberaba, para Goiás, para Anápolis, quando se fazia isso ainda em tambores. Não tínhamos ainda nem caminhões tanques ainda. E ao longo disso, ele no ramo — meu pai tem 90 anos de idade hoje — passou no transporte sempre uma vida de muita luta, de muita dificuldade. Naquela época, passou a exercer o comércio também. Então, ele fazia comércio e transportes de derivados de petróleo. Depois de uma certa altura disso, ele passou a ser o chamado TRR, transportador, revendedor, retalhista. E iniciei a minha carreira com o meu pai. A faculdade que tenho foi esta: a faculdade da vida. O meu aprendizado foi esse. Comecei ajudando meu pai com 12 anos de idade, fazendo tudo o que era possível, um serviço, tudo, enfim, que pudesse ajudar na família. Nessa época nossa empresa, o início do negócio do meu pai era ele, o meu irmão já ajudava, a minha irmã também, e fomos, o meu pai lutando muito na vida, e eu fui aprendendo a trabalhar com ele. E ele um dia até me disse que o petróleo é uma coisa que entra no sangue e não sai nunca mais. E acredito que isso é uma verdade, porque realmente acho que tenho petróleo no sangue, como uma raiz da família, como um esteio da nossa família. Infelizmente, no decorrer disso, por volta de 1976, 77, não agüentamos a crise que teve no Oriente, a crise do petróleo, a crise econômica



também, e a nossa empresa passou por uma dificuldade muito grande e, infelizmente, veio a falir. O que na época separou a família. Então, meu irmão tomou o rumo dele, minha irmã. E aí passamos por muitas e muitas dificuldades. Muitas. Após isso, cada um de nós iniciou...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir ao Presidente que solicitasse ao senhor que acompanha o depoente que evitasse interferir no depoimento, porque desde o início o cidadão que o acompanha na condição legal, está fazendo sinais, inclusive passando por escrito informações, o que é vedado num depoimento da CPI. Eu pediria que se mantivesse o Regimento e se mantivesse o princípio legal.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Pela ordem, Sr. Presidente. Explicar ao nobre companheiro aqui que o depoente pode vir acompanhado do seu advogado. O que ao advogado não tem é a palavra. Mas ele tem que orientar toda a vez que for necessário seu cliente. Faz parte. Está na lei isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Olha só, não vamos entrar no aspecto... não vamos entrar num debate jurídico aqui.

(Não identificado) - Não é debate jurídico.

(Não identificado) - Não se pode fazer cerceamento de defesa.

(Não identificado) - A orientação no depoimento é vedada constitucionalmente. Se for necessário, a CPI pede esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Quando o Dirceu tiver uma necessidade, ele vai e pede ajuda ao advogado.

(Não identificado) - O que o advogado não pode fazer é interferir na hora em que o depoente estiver falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. Vamos deixar continuar o depoimento.

(Não identificado) - Mas a todo momento o depoente pode ser orientado pelo seu advogado.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, seguindo, senhores, é o seguinte: após isso, como eu estava dizendo, a minha vida ali... foi uma época muito difícil. O meu pai, na época, hipotecou e deu em garantia todos os imóveis que pertenciam à família à PETROBRAS. E aconteceu que na época



quebramos, falimos e ficamos sem nada. Ficamos numa situação muito difícil. E aí iniciei novamente. Tive posto de gasolina. Fui tentando, trabalhando, lutando muito, até que tentei em outros ramos e tudo. Mas a vida foi muito difícil para mim, foi muito difícil. Precisei sair de São Paulo. Fui morar na cidade de Campo Limpo Paulista. Fui morar num sítio da família, que na época se encontrava penhorado à PETROBRAS. E aí eu e minha esposa passamos a trabalhar, lutar muito, com muita dificuldade. Passamos por uma fase assim. Tivemos que vender jóias da família, uma série de coisas. E aí, novamente, o que aconteceu? Fui para as origens do meu pai. E com o dinheiro arrecadado de jóias, esse tipo de coisa, consegui comprar um caminhão e fui para a estrada. Passei algum tempo na estrada e tudo mais. E depois, por volta de 1982, 83, alguma coisa assim, na época em que surgiu o PROÁLCOOL, tive a oportunidade de começar a trabalhar no ramo de álcool. E aí comecei a trabalhar como representante de algumas distribuidoras, usinas e comecei a fazer novamente o que gosto de fazer e o que sei fazer. E aí, no decorrer disso, em uma das empresas que eu representava, a sociedade foi separada. Os sócios desfizeram a sociedade e um dos sócios me convidou para ser o sócio dele e gerir o negócio. Então, na época, recebi o convite, aceitei o convite e passei a ser o gestor do negócio, em decorrência disso. Depois disso, por volta de 93, 94, 95, houve a abertura do mercado. Então, passamos a... eu passei a atuar no mercado de combustíveis, transformando a atividade além do álcool, agregando a gasolina e o óleo *diesel*. Isso é mais ou menos o que a gente vem fazendo, entendeu? A nossa empresa, hoje — queria dizer para os senhores —, é uma empresa familiar, onde trabalham meus filhos. Inclusive, gostaria de dizer que minha esposa está aqui presente e meu filho também e que é isso, que a nossa empresa é uma empresa da família, onde trabalha minha filha também. E queria dizer para os senhores que minha vida é isso. Foi uma vida de muita luta, de muito sacrifício. E, mais ou menos, a minha história foi por aí, no petróleo. E a gente, hoje, está aí. A empresa tem muitos planos de futuro. É uma empresa totalmente, 100% brasileira. Queria dizer que acredito no País, que temos muitos planos de futuro, que a empresa é uma empresa que está, graças a Deus, muito bem planejada. É isso. Eu me coloco à disposição dos senhores para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Primeiro, o nobre Deputado Alexandre Santos.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, dizer que vim para cá para uma convocação; depois, vi que tinha outra. Eu acho que nós conseguimos conciliar, para que nós pudéssemos ter a normalidade das nossas sessões. Quero aqui iniciar, Sr. Dirceu, dizendo que, pela história que o senhor me conta, o senhor é um homem do ramo, de tradição, que vem enfrentando as adversidades do mercado. Mas nós queríamos pedir a ajuda do senhor neste momento.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Para que o senhor, com a sua experiência, com o seu histórico, pudesse nos dar os caminhos para que nós pudéssemos acabar com essas arbitrariedades que estão nesse meio, através da sonegação, através dos mandados judiciais que fazem com que o mercado sofra muito. E, pelo que o senhor está começando a falar, eu estou aqui analisando, o senhor é um homem que já teve insucesso nessa área e está tendo sucesso, e num momento em que muitos estão tendo problemas enfrentados pelas grandes empresas que fazem a ilegalidade.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - E o senhor, talvez, neste momento, possa vir a nos dar subsídios para que esta CPI — é o papel dela — possa, de uma vez por todas, estancar o sangramento do dinheiro que é tirado do povo brasileiro, porque os seus impostos são sonegados e há adulterações nesse mercado. Então, inicio as minhas perguntas para o senhor: o senhor tem a empresa Golfo e a Fórmula?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor tem alguma transportadora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tenho.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Qual é o nome?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Camaro Transportes. Camaro Transportes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Camaro?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor responde a algum processo criminal ou judicial, de alguma forma?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Criminal, não. Judicial, talvez tenha alguma ação judicial, mas criminal, nenhum. Isso com certeza. Judicial, talvez.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Mas o judicial é desse ramo de sonegação, alguma coisa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Algum processo judicial administrativo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor atua no mercado de São Paulo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O nome Major...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - ... diz alguma coisa ao senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Muito obrigado pela oportunidade, porque é o seguinte: Major é um apelido que tenho de nascença. Foi um tio meu que colocou, quando eu nasci, esse apelido e ficou. É uma coisa que, muitas vezes... É um apelido até muito carinhoso. As pessoas, às vezes... Muita gente me conhece mais pelo apelido do que pelo próprio nome. Mas eu gostaria de dizer, Deputado, que infelizmente esse apelido tem me trazido alguns problemas, porque as pessoas... Eu nunca usei isso, jamais. As pessoas, às vezes, vêm achando que eu tenho alguma ligação militar, que eu sou algum militar, alguma coisa nesse sentido. E, por outro lado, existe também o seguinte: existe uma ocorrência de uma pessoa que realmente é um major, e ele tem uma distribuidora no Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Eu não conheço essa pessoa, não tenho nenhuma relação com ela. Mas infelizmente eu tenho sido confundido muitas vezes com essa pessoa, o que tem até me causado, às vezes, um certo constrangimento com relação a isso, porque é uma situação desagradável, porque a



peessoa... não sei bem o tipo. Mas isso tem me causado um certo constrangimento. Mas a realidade é esta: eu não tenho nada com militares, nem na minha família. Nunca tive nenhuma relação nesse sentido.

(Não identificado) - Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor poderia dizer qual o nome dessa empresa, desse major de Mato Grosso do Sul?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, eu não tenho muita certeza. Parece-me que se chama Pan-Americana. Não tenho certeza.

(Não identificado) - Você me concede um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Com todo o prazer.

(Não identificado) - Só para ter uma informação sobre esse segundo major. O senhor tem notícias da participação dele com o narcotráfico?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, eu só sei isso que eu acabei de dizer sobre esse major, porque eu procurei levantar da distribuidora qual que era, e a informação que eu tive foi essa. O resto eu não sei. Não o conheço. Se eu o vir, não sei quem é e não tenho absolutamente nada contra essa pessoa. Não posso dizer... Não sei mais nada. Somente isso que eu sei, que foi o que foi passado para mim. E nenhuma relação de negócios com essa empresa Pan-Americana. Nunca, em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor tem redes de postos de gasolina?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Eu tive rede de postos já. Hoje não temos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Qual seria o nome, por favor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Seria a bandeira Golfo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Golfo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, que é franquia. Quer dizer, postos próprios nós não temos mais. Se tiver algum no nome ainda, é porque não foi transferido, tem contrato de compra e venda, porque nós... Na realidade, este foi um setor em que nós não fomos bem sucedidos: a administração de postos. Então, nós optamos realmente... Achamos que o negócio melhor para nós é a distribuição mesmo. Isso é o que a gente vem procurando fazer, é o que a gente tem



mais conhecimento, por causa das raízes até, entendeu? Eu não gostei de... operar posto não é o meu...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor usa liminar? Usou?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Nossas empresas não têm liminar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu acho que eu já estou esgotando as minhas perguntas.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Estou à sua disposição, Deputado. Por favor.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor teria algum subsídio que pudesse — já que o senhor é do ramo — nos nortear, para que pudéssemos aqui nos ajudar a estancar esse sangramento nos recursos do erário público?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, pela minha experiência, eu acho que o caminho mais correto que a gente tem é uma ampla abertura no mercado, que é o que começou, em 1995, quando se abriram, surgiram as novas distribuidoras e tudo mais. E acho que haveria necessidade de se criar um fórum para se discutir realmente esse assunto, específico para isso, para se debater a legislação e tudo mais. Eu estive recentemente, em função de vários projetos que a gente tem, nos Estados Unidos, estive na Europa, e lá a gente vê que as coisas são bem diferentes daqui. A gente vê que lá não existe o “não pode fazer”. Lá você pode fazer tudo, desde que você respeite a legislação fiscal, a qualidade, que tenha controle das coisas, que você dê satisfação aos órgãos reguladores, que você pague imposto. Então, você tem a liberdade e as coisas fluem bem. Infelizmente, aqui a abertura se iniciou, e acho que hoje falta... tem um certo retrocesso. Por isso, minha sugestão seria um fórum de debate sobre esse assunto. Eu acho que teriam de participar todos os segmentos e não apenas ficar o setor, hoje, representado por um sindicato, que é de um grupo forte de distribuidor, mas as regionais, infelizmente, não têm uma representação, assim, uma alegação tão forte como eles. Então, eu acho que o setor teria que começar a passar por uma organização por aí...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para terminar. O senhor produz algum produto, o senhor tem alguma... A Golfo tem... Além da distribuidora que o senhor falou e do transporte, o senhor tem alguma outra



atividade que produza ou que faça produtos similares a outros, alguma coisa nesse sentido?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Só distribuição mesmo, de gasolina, *diesel* e álcool.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Cigarro?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Nossa atividade... Como eu disse para o senhor, no meu passado eu tentei entrar em outras coisas, em outros segmentos e infelizmente não fui bem-sucedido. Então, determinei, na minha vida, o meu negócio. Não penso muito em... É o petróleo. O meu ideal é fazer com que minha empresa tenha um lugar entre as maiores do País, se Deus quiser. Para isso é que a gente trabalha, que a gente luta na família. O que espero é isso. Não tenho idéia de diversificar, se não for dentro do próprio ramo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Para terminar. Qual a quantidade que o senhor mede mensalmente?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em torno de 30 milhões de litros/mês.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Gasolina?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Entre os 3 produtos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Entre os 3 produtos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O.k. Sr. Presidente, agradeço e fico por uma parte com o necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. Dirceu qual é o período, se ele tem realmente na cabeça, da sua participação nessa empresa Golfo. Quando é que o senhor realmente constituiu, adquiriu? A partir de quando?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A nossa família fundou a Golfo, Deputado, em 1995, no Município de Paulínia. Adquirimos a área lá através de uma concessão, na época, da Prefeitura. Construimos a base lá e operamos lá até hoje.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Em 1995?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - A Fórmula?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Fórmula... Adquirimos a Fórmula acho que em março do ano passado, março de 2002.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Ah, ela já existia? Não foi fundada pelo senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ela já existia.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor sabe a época da fundação dela?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não sei, mas acredito que deve ter sido por volta de 97, alguma coisa por aí.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, o senhor está nela há um ano e alguns meses.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É. Há um ano e alguns meses. Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Março de 2002?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É. Essa empresa... Foi o seguinte: como eu estava dizendo, tínhamos alguns postos e não estávamos sendo bem-sucedidos nos postos. E aí apareceu a oportunidade de realizar um negócio onde a empresa desmobilizou naquele negócio em que não estava satisfeita e aplicou em outro. Então, houve uma troca de ativos e aí adquirimos essa empresa. E ela fazia parte... A aquisição dessa empresa fazia parte já do nosso projeto de formulação, porque a formuladora tem que ser formuladora, não pode exercer as duas atividades. Então, como a gente... Quando foi feita a Portaria nº 317, que autorizou a haver formuladoras no Brasil, então nós — a portaria, se não me engano, é de 2001 — tivemos a oportunidade de adquirir essa empresa. Para quê? Para poder fazer da Golfo uma empresa de formulação. E a Fórmula Brasil passa a ser a distribuidora do grupo. Então, essa é a razão principal de a gente ter duas empresas no mesmo segmento, na mesma cidade.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, ratificando: da Golfo, a sua família é fundadora desde 1995.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Possui até hoje.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Perfeito.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - E a Fórmula o senhor adquiriu... ela já existia e o senhor a adquiriu em março de 2002.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Outra pergunta, Sr. Dirceu: o senhor tem alguma ligação com essa empresa Pólo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, muito obrigado também por esta pergunta, porque é o seguinte: eu não conheço os proprietários dessa empresa. Eu até trouxe uma cópia que eu tirei, na Junta, do contrato social dela. Eu não tenho a menor ligação com essa empresa. Não tem sentido. Ela é uma empresa de produtos químicos, onde não tem... Não conheço os donos, nunca tive nenhum tipo de relação em nenhuma das duas empresas.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor não sabe nem onde ela é sediada?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, eu sei porque eu fui atrás dos documentos aqui, mas nunca tivemos nenhum tipo de relação comercial, negócios, nada, nada. Eu achei até estranho, muito estranho o fato de falarem que nós compramos deles. Nunca tivemos nenhum tipo de relação de negócios. Nenhum, nenhum mesmo. Não sei de onde saiu isso, porque é uma empresa, inclusive, de produtos químicos.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor transacionou...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nunca

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - ...a Fórmula ou...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - A Golfo nunca teve nenhuma operação com essa empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, com certeza, porque, inclusive, veja bem, essa empresa, até onde sei, é uma distribuidora de solventes, de produtos químicos. Ela não pode jamais sequer emitir uma nota para uma distribuidora. E uma distribuidora de gasolina, *diesel* e álcool não pode jamais receber uma nota de uma empresa química, uma empresa distribuidora de solventes, no caso aí.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Estou fazendo essa pergunta ao senhor...



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - ...porque nós estamos de poder de documentos referentes a essa empresa Pólo, onde nós estamos levantando... O senhor está sob juramento, e eu preciso saber o que o senhor está respondendo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, Deputado, eu estou respondendo a esta pergunta muito consciente do que eu estou lhe respondendo. Tenho a consciência do que estou falando. Estou consciente de que estou sob juramento, eu assinei aqui. Estou lhe falando absolutamente a verdade. Não estou faltando com a verdade, em hipótese alguma. Inclusive, tenho aqui o contrato social...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu não estou dizendo que o senhor está faltando com a verdade. Só estou dizendo ao senhor que nós temos em poder o que a Comissão está apurando.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, pode... Com certeza, o senhor vai chegar nisso que eu estou lhe informando.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Outra pergunta.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor, neste exato momento, está com algum tipo de fiscalização que é do ICMS, do Imposto de Renda, ou seja, Receita Federal, tributos federais ou ICMS?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não. Foi o seguinte: agora, na data do dia 21 — eu tenho os documentos aqui —, mas é 21 do mês passado, do mês de...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Nós estamos em setembro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, do mês de agosto, eu acho que é 21 de agosto. Eu tenho os documentos aqui para lhe dar a data certa. Nas duas empresas nossas, nós recebemos a fiscalização da Secretaria da Fazenda. E chegaram assim, de uma maneira repentina até. Às 6h da manhã se apresentaram 12 fiscais na empresa, nas duas empresas, simultaneamente. E agora, recentemente, após a instalação da CPI, nós fomos notificados agora... foi aberta uma fiscalização da Receita Federal também. Nós estamos com os documentos para atender...



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas essa fiscalização está em andamento? Já terminou?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A fiscalização no Estado... Foi aberta uma fiscalização e está lá.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Nas duas empresas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nas duas empresas. Ela está em andamento, mas a princípio está tudo em ordem. Não houve problema nenhum. O que houve lá foi uma multa, que foi feita...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor sabe a origem dessa fiscalização?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não sei. Para mim, falaram que era uma fiscalização de rotina no setor, uma fiscalização normal. Agora, eu não sei, muito me estranha chegarem às 6h da manhã nas duas empresas, assim. Causou-me uma certa estranheza, mas nós atendemos...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Hoje o senhor está sendo fiscalizado, então, pelo ICMS e pela Receita Federal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pelo ICMS. Fomos, anteontem, fiscalizados pela ANP e temos sido várias vezes fiscalizados...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não. Eu queria saber sobre ICMS, sobre Estado e Governo Federal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ah, pois não. Estamos sendo fiscalizados pelo Estado — em andamento a fiscalização. E a da Receita Federal, foi feita uma abertura agora. Então, temos que atender ainda.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor recebeu ofício desta Comissão para encaminhamento de documentação referente às suas duas empresas? Notas fiscais?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu recebi e gostaria de deixar bem claro aqui que a empresa vai atender a esse ofício. Ela não atendeu ainda, mas nós vamos atender. Vamos mandar todas as notas aqui de entrada e saída...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor acredita que o senhor mande essa documentação até quando?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, eu acredito... Em função dessa fiscalização que está aberta na Secretaria da Fazenda, foram recolhidos muitos documentos que foram apresentados para eles. Então, alguns documentos estão na dependência de eles liberarem para a gente poder trazer para cá, encaminhar aqui para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor acredita que em que prazo isso vai chegar aqui?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu acredito, Deputado... O senhor sabe que essas coisas são meio complicadas, mas no máximo num prazo de uns 25 a 30 dias a gente vai...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor não tem como antecipar esses documentos para a Comissão?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Posso me empenhar em atender o seu pedido, mas não posso lhe afirmar agora que consigo, porque não depende apenas de mim. Mas eu posso dizer ao senhor que eu farei o maior empenho possível para atender o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Teria como chegar isso aqui para a Comissão num prazo de, no máximo, uns 15 dias?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, eu posso, como eu lhe disse, colocar todo o meu empenho. Mas vou fazer força para...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas o senhor recebeu já os ofícios...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Recebi, estou ciente e quero deixar claro para todos aqui que vai ser cumprido. Ninguém está ocultando documentos não. É que, em função da fiscalização do que está ocorrendo lá, precisamos de um prazo, somente isso. Mas será cumprido, com toda certeza.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Gostaria de fazer aqui a última pergunta: nós tomamos conhecimento, ontem, de uma fiscalização da Agência Nacional de Petróleo em todas as distribuidoras de Paulínia.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Inclusive da minha.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor recebeu essa fiscalização?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Recebi anteontem.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Ontem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, anteontem. Hoje é quinta... Na terça-feira.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - E qual foi o resultado dessa fiscalização?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Na minha, tudo em ordem. Na minha empresa, tudo em ordem. Inclusive...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor tem conhecimento de alguma empresa dali que sofreu, por parte dessa fiscalização, lacre, inclusive, dos seus tanques?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, ouvi falar pelo mercado, ontem, que parece que a Atlas Distribuidora teve algum problema com relação a essa fiscalização.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, estou apenas aqui, até em algumas coisas, em função do Deputado Eduardo Cunha, que teve de se ausentar. E alguns requerimentos de ofício dele, ele me pediu que solicitasse a V.Exa., e que eu fizesse algumas perguntas, que eu estou fazendo, porque ele está naquele trabalho de levantamento... Ele depende desses documentos da Golfo e da Fórmula para que possa complementar aquele trabalho que está sendo feito na Secretaria. Então, eu pediria ao Sr. Dirceu que, o mais rápido possível, pudesse nos encaminhar esse ofício que foi emitido para lá, para a sua empresa, para encaminhamento da Comissão desse documentos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - A solicitação que eu estou fazendo é em nome do Deputado, que teve de se ausentar. Eu me dou por satisfeito...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O.k. Gostaria só de responder a mais uma questão, Deputado. Aqui eu tenho um documento das datas em que a ANP fiscalizou a minha empresa, que eu posso até deixar...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Essa, o senhor foi fiscalizado anteontem. Não é isso que o senhor está dizendo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Está aqui: 23/09. E tem as datas anteriores, que nós...



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor poderia deixar isso aí, até que pudesse encaminhar para o Deputado Eduardo Cunha?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Está às ordens. Aqui tem todos os DUFs da ANP; quer dizer, o documento de fiscalização, com o relatório de tudo o que ocorreu.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor poderia entregar às mãos da Secretária. Sr. Presidente, muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Dirceu... Sr. Presidente, a minha primeira pergunta seria, até ressaltando o papel desta CPI, esta CPI que, ontem, promoveu aqui até uma atitude de força — promoveu a prisão de um depoente — e que há tempos vinha comentando e discutindo e chegou à convocação do Sr. Dirceu e da empresa Golfo, para deixar claro, Sr. Presidente, aquilo que V.Exa. há pouco tempo disse nesta CPI, da função desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é apurar as denúncias e irregularidades nesse setor, mas também entender uma guerra absurda que acontece depois da abertura do mercado, em 1995, que ela é nítida nessa apresentação dos problemas a esta CPI, com relação àqueles que sozinhos dominavam o mercado e com a abertura do mercado têm um processo de se digladiar com a própria inconstância do Governo, com relação ao marco regulatório e às leis, fazendo com que esse mercado chegue a essa situação que está hoje. Lógico que nós vamos precisar de um código brasileiro de combustíveis, de um fórum permanente de debate para mudar a legislação. Isso a CPI já sabe. Mas eu quero analisar, Sr. Dirceu, com o senhor o outro lado também. Então, as minhas perguntas são bem objetivas. Primeiro, se V.Sa... Qual foi a intenção e qual é a intenção e a justificativa de a Golfo ter requerido a formuladora? Se o senhor, em alguma etapa desse registro de formuladora, foi pressionado ou fiscalizado — deve ter sido —, passou por um processo de pedido de registro na ANP. Se o senhor viu algum vestígio de prática de disputa comercial por parte de outras distribuidoras. E se o senhor tem condições de dizer a esta CPI a que interesses ferem hoje aqueles que querem promover a instalação de formuladoras neste País. Até porque este debate aqui na Comissão existe de uma forma ideológica, e eu já tenho a minha posição. Faço parte da Comissão de Minas e Energia. Concordo plenamente com a



política de formulação do País. Só acho que não deve ter nem formuladora nem carrinho de picolé quem for desonesto. Então, eu queria que o senhor me falasse qual é a justificativa e quais foram as irregularidades apontadas na sua empresa para haver essa disputa e quais foram as fontes presumíveis desse tipo de pressão comercial que foi sentida. Isso parece que já é nítido. Faço isso, Sr. Presidente, e eu vou me reter apenas a essa pergunta para que esta CPI tenha os 2 lados: tenha o lado que ataca, que busca registrar as irregularidades, mas também o lado daqueles que estão aqui para apurar a verdade. Se é uma guerra de mercado e se é uma briga clara, aqueles que vêm depor aqui vêm para depor acerca de possibilidade de crime, mas vêm também para incriminar os outros. Eu acho que essa é a função da CPI. É o que entendo. Até para colaborar com os outros colegas que têm viagem daqui a pouco — estamos todos com prazo de filiação partidária terminando nos Estados —, eu vou me ater apenas a essa pergunta para depois voltar a fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, queria consultar, inquirir, na verdade, o Sr. Dirceu. O senhor falou que teve uma multa da Receita Estadual, se não me engano...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, eu falei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual o valor dessa multa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Trinta e dois mil reais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Foi o que foi encontrado de irregularidade na sua empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi o que foi encontrado. Era uma multa administrativa. O que ocorreu foi o seguinte: as duas empresas são próximas uma da outra. Chegaram às 6h da manhã nas duas empresas. Acontece o seguinte: a balança que faz a pesagem do álcool na Fórmula Brasil estava com defeito. Então, havia alguns caminhões, ou um caminhão — não sei dizer exatamente quantos eram —, que carregou na usina. E amanhecera na base da distribuidora para descarregar. Ocorre que a balança da Fórmula Brasil estava com defeito. Então, o caminhão parou no pátio da Golfo para fazer a pesagem na Golfo e ir na Fórmula Brasil descarregar. O fiscal achou que aquele caminhão estaria fora de



itinerário ali, pegou e fez a multa administrativa. Foi a única irregularidade, segundo ele, que foi encontrada ali.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor acha que o fato de o senhor ter obtido aquela condição de formulador ou estar pleiteando a condição de formulador tem agravado, vamos dizer assim, a fiscalização à sua empresa, a atenção dos seus concorrentes, e que o senhor perceba que há alguma movimentação... em função da sua perspectiva de alcançar essa condição de formulador, tem sido motivo de as pessoas estarem mais de olho no seu negócio?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com certeza. Com certeza. Assim como eu apresentei agora aqui todas as fiscalizações da ANP que foram realizadas na Fórmula Brasil, eu quero apresentar da Golfo também. Mas, com certeza, eu acho que... a impressão que temos é que a formulação vai incomodar, vai ferir alguém. Não sei. Tem alguma aí que está incomodando.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor procurou ajuda no sentido de garantir que o senhor continue com essa possibilidade. Isso vai lhe trazer muitas vantagens no seu negócio?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A formuladora?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ocorre o seguinte, Deputado... A primeira coisa que eu gostaria de dizer é o seguinte: eu cumpri, fiz investimentos, tudo em cima da Portaria nº 317. Inclusive, antes de solicitar até mesmo o registro, nós fomos nos antecipamos, fomos adequando a base, fomos construindo um laboratório de alta tecnologia para atender à portaria, fomos buscar tecnologia no exterior... Enfim, eu acho que houve uma precipitação até...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Foi dito aqui que o senhor pediu... Quando o senhor conseguiu a autorização da ANP para construir a base, na verdade o senhor já tinha essa base construída, a exemplo da outra empresa, que também, quando conseguiu autorização, tinha uma base construída. Na verdade, usou uma base já própria para requerer sobre ela a condição de formuladora. É isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É a mesma condição. Essa mesma condição.



O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E a sua empresa distribuidora funcionaria... O senhor teria que se deslocar então com a distribuidora, ou podia funcionar tudo junto?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não pode funcionar tudo junto. Por isso, nós adquirimos a empresa Fórmula Brasil. Esse processo é um projeto que já vem... Quando saiu a portaria de formulação, nós nos interessamos em montar a formuladora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O fato de o senhor ter sido convocado aqui na CPI e esse período até que o senhor seja ouvido prejudicou seus negócios?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bastante. Por causa da questão de a imprensa dizer que eu não vinha, alguns fatos que surgiram na imprensa, não o fato da CPI, mas alguma coisa que saiu na imprensa, muito distorcido.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor está sendo investigado pela Receita Federal também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi aberta agora uma...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Agora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, agora, recente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor não tinha... Quando foi a última investigação do senhor na Receita?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Há dois anos e meio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E aí ficou o saldo a pagar, ou o senhor resolveu a questão?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não tinha nada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor não tem débitos com a Receita?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Nem com a Receita Federal nem com a Estadual.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não tem débitos nem com a Estadual nem com a Federal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não está no REFIS?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não. Graças a Deus, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, o senhor agora sofreu fiscalização estadual e está sofrendo fiscalização federal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor acha que isso decorre da ação da CPI? Já é um resultado da pressão da CPI sobre a sua empresa?

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O Deputado Ricardo Barros permite? O senhor disse que está sob ação fiscal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Estou, da Secretaria da Fazenda.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Porque o Deputado Ricardo Barros perguntou se o senhor teria sido fiscalizado. O senhor o foi há dois anos e meio.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Eu fui fiscalizado repentinamente pela Secretaria da Fazenda, e estávamos em curso da fiscalização.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas neste exato momento o senhor está sob ação fiscal, sendo fiscalizado pelo ICM e pela Receita Federal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Receita abriu agora a fiscalização.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, o senhor está sob ação fiscal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Hoje, estou sob ação fiscal aberta, agora. Tenho que apresentar a documentação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porque ele disse a V.Exa. que estava sendo fiscalizado, Deputado Nelson Bornier, e depois disse que tinha sofrido uma multa. Então, eu imaginei que, se ele já sofreu a multa, então a fiscalização teria encerrado. Mas na verdade ele explicou que foi por um problema diferente que não o resultado da ação em si.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Aí já falo na minha atividade como contador. Entendi que o que ele colocou para sua pergunta é que originou essa multa de 32 mil reais. Foi em função do erro cometido naquele exato em que teria que ser lavrado. Mas o senhor continua sob ação fiscal, sendo fiscalizado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Continuo.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Independentemente dessa multa de 32 mil?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim. Mas aqui na...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Multa administrativa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas está sob ação fiscal e sendo fiscalizado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sob ação fiscal. O que houve foi que, naquele momento, vamos dizer, do ato da fiscalização não foi encontrada nenhuma irregularidade dentro da empresa, a não ser esse caminhão que o fiscal achou que deveria ter ido à empresa Fórmula, ter feito uma nota de remessa dizendo que estava indo fazer a pesagem. Só que, para ele fazer isso, como ele tinha vindo da usina, ele amanheceu lá... É uma prática que vários setores usam. Então, foi isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor tem sido motivo de várias citações na imprensa, a sua empresa. Então, as perguntas que estou fazendo sobre fiscalização, sobre TEBs... porque é normal. Aliás, nós recebemos um largo dossiê da Receita Federal de muitas empresas devedoras da Receita. Por isso, estou perguntando qual o caso da sua empresa...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Acho que a minha não aparece.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - ...porque, efetivamente, eu não tinha visto naquela relação. E eu estou lhe consultando exatamente por isto: porque a imagem da sua empresa entre os pares não era das melhores, e não é ainda. Estamos ouvindo o seu depoimento e descobrindo que, eventualmente, a sua tradição familiar lhe tenha permitido construir um negócio no ramo de combustíveis que não fosse na ilicitude, como se percebe que a maioria foi. Mas nós vamos ainda, ouvindo todos os companheiros, poder chegar a uma conclusão sobre isso. Pergunto ao Dr. Dirceu se... O senhor reafirma que não compra da Pólo Distribuidora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Reafirmo. Nossa!



O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porque isso também já foi motivo de várias afirmações. Achei estranho quando o senhor disse que não fazia negócio com essa empresa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Reafirmo e me coloco à disposição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Há também, Dr. Dirceu, uma afirmação de que caminhões entram... que, se formos fazer uma, vamos dizer, uma investigação imediata na sua empresa, vamos encontrar caminhões de solvente entrando e caminhões de gasolina saindo imediatamente. Então, eu lhe pergunto... porque o solvente, a adulteração é um dos grandes objetivos desta Comissão.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Tenho feito restrições aqui ao ataque aos empresários que têm liminar, porque quem tem liminar está sob a proteção da Justiça, sob decisão judicial. Desde o começo meu discurso é esse. Agora, adulteração é crime. Enganar o consumidor, vender gato por lebre... E há essa informação — levantamos aqui — de que seria uma praxe da sua empresa colocar solvente e vender como gasolina. Então, pergunto se essa afirmação corresponde à prática comercial da sua empresa ou não.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, em hipótese alguma, entendeu? E a grande prova disso... Quero dizer a V.Exa. o seguinte: as minhas empresas foram as empresas mais fiscalizadas em Paulínia. V.Exa. pode fazer a comparação, que vai verificar isso. E em nenhum ato dessas fiscalizações não existe nada, não existe fato nenhum que leve a isso. Isso é o despeito da concorrência, vamos dizer assim, porque não pode ser outra coisa. Não podem querer atribuir as coisas à minha empresa, se não há um fato. Eu não sei qual é o fato gerador para estarem — a imprensa e todo mundo — falando umas coisas que não têm sentido, não têm o menor sentido.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu tenho aqui várias perguntas a lhe fazer. Sr. Presidente, vou encerrar com mais uma pergunta. E depois, se for possível, eu gostaria que o senhor me permitisse voltar a inquirir, porque sei que há companheiros que querem fazer inquirição e que pretendem viajar. Quem tem viagem marcada, se puder pedir preferência... O meu avião, já perdi mesmo. Então, vou continuar depois. Quero lhe perguntar: o senhor conhece o Ari Natalino?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O Sr. Ari Natalino é uma figura que todo mundo no ramo conhece.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor tem negócios com o Sr. Ari Natalino?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, negócios com o Sr. Ari Natalino, não. Eu apenas, quando a empresa dele esteve parada, que ele parou de receber bombeio, alguma coisa... A rede de postos dele passou a adquirir gasolina, *diesel* no mercado, a rede de postos. Então, veja bem, eu atuo no mercado. Evidentemente que eu devo ter vendido para os postos da rede dele, como outras distribuidoras também venderam. Mas, fora isso, nenhum tipo de relação comercial.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vou me dar por satisfeito por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dirceu, o senhor nos informou aqui a sua idade. O senhor tem 48 anos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso, 48.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor é de 1955?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Dezesete de julho de 1955.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bom, e o senhor fez referência aqui a um momento pelo qual o senhor teria iniciado, teria começado a acompanhar os negócios do senhor seu pai, isso por volta dos 12 anos, lá pelos idos de 1967, 1968, final dos anos 60.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Por aí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com esses dados, poderíamos estimar que na década de 70, em 1976, o senhor teria chegado aos 21 anos. Entre 1976 e 1995, quando nos dá conhecimento do início da Golfo, foram transcorridos 22 anos. Eu lhe perguntaria: qual era a empresa ou qual era o negócio do senhor seu pai que o senhor se recorda na área de combustíveis? Ele era autônomo, ele era proprietário de posto, ele tinha empresa de distribuição, ele



trabalhou para empresa pública e montou seu próprio negócio? Do que o senhor se recorda até chegar à idade adulta e qual era o empreendimento?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, perdão, eu não entendi a sua pergunta com relação ao período que o senhor fala da atividade do meu pai.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Isso. Então, até o senhor chegar aos 21 anos, supõe-se à maior idade, o senhor se recorda qual era o negócio do senhor seu pai no setor de combustíveis?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era essa empresa a que eu me referi, que era a empresa da família.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como era o nome da empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Chamava-se CONGRAL.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - CONGRAL?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - CONGRAL, é, combustível a granel.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Combustível a granel.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso. CONGRAL, fornecedora de combustível a granel.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E essa empresa teve atuação até que ano, com essa razão social?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Por volta de 1977.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - 1977?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E ela foi extinta, ela foi desmembrada?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ela faliu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela faliu?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ela não...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A empresa faliu?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Faliu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor diria que era uma pequena empresa, uma média, uma grande empresa?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ela era uma grande empresa do setor, como rentalhista, entendeu? Ela era uma empresa que tinha uma grande representação no mercado. Inclusive na época, para o senhor ter uma idéia, fomos um dos fundadores do atual Sindicato dos Revendedores Rentalhistas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E ela tinha a sede em que Município?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - São Bernardo do Campo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - São Bernardo do Campo. Após a falência da empresa, o senhor, nesse momento, também já participava da empresa, o senhor era formalmente do quadro de sócios ou tinha alguma função contratual?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era formalmente do quadro de sócios.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quantos eram em sócios? Só os sócios membros da família?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu, meu irmão e... é, os membros da família.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como era o nome do seu irmão?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Luiz Antonio de Oliveira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E depois que a empresa faliu, como é que se deu o andamento à experiência, à capacidade administrativa que os senhores haviam acumulado na CONGRAL? Quer dizer, para onde foram os sócios dessa empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, os sócios eram meu irmão, que nós não somos... Cada um tomou o seu caminho, o seu rumo, e confesso para o senhor que esse foi um dos momentos mais difíceis da minha vida, viu, porque naquela época, Deputado, quando a gente falava: "*Faliu*", como estou falando aqui para o senhor hoje, era uma vergonha. Eu passei por uma fase muito difícil, porque o meu pai até sempre me dizia: "*Meu filho, você respeite uma pessoa que quebrou na vida, que teve dificuldade, porque é duro você ter até um certo padrão de vida e tudo o mais e acontecer o que aconteceu com a gente*". E comigo aconteceu inclusive numa fase muito difícil, porque eu tinha, na época... O meu filho



tinha 3 meses e eu tinha acabado de me casar, fazia 2 anos, uma coisa assim, e ainda perdi meu sogro e minha sogra na época. E foi aí que fui obrigado a ir morar em um sítio de propriedade do meu pai, no Município de Jarinu, ali próximo a Campo Limpo Paulista, onde passamos por muitas dificuldades. E graças a Deus, para o senhor ter idéia, foi uma vida dura de trabalho, mas eu queria até a minha esposa aqui presente, estou casado há praticamente 29 anos, não é? Estamos firmes até hoje aqui, graças a Deus, lutando e trabalhando.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Para lhe poupar desse momento, que eu acho que não é necessário e não é objetivo da CPI colocarmos nessa situação, o senhor disse que era uma empresa grande, que tinha uma liderança e que faliu. Quer dizer, qual foi a resolução dada aos passivos dessa empresa? Tributários, trabalhistas, fornecedores? Como é que vocês saíram, para daí.. Eu não sei se foi a partir daí, num dado momento, no seu depoimento, o senhor disse que tinha um caminhão, era representante de usinas e destilarias, depois houve uma cisão dessas empresas, o senhor foi convidado para ser sócio. Talvez o senhor fique à vontade, se o senhor já quiser passar para essa parte, como é que se deu essa condição? O senhor tinha um caminhão, era representante de usinas e distribuidoras e foi convidado para ser sócio? O senhor tinha um caminhão e foi convidado para ser sócio de uma usina de distribuidora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, é mais ou menos isso. Mas só voltando um pouco atrás, é o seguinte: com relação à falência da empresa e à posição que ela ocupava no mercado, eu diria assim que ela estava entre os cinco maiores TRR do Estado de São Paulo, na época. Não vou falar do País, porque eu não tenho. Com relação aos passivos deixados por essa empresa, foi o seguinte: o maior passivo, na época, que essa empresa deixou foi uma dívida com a PETROBRAS. Essa dívida com a PETROBRAS, o meu pai, na época, quando contraiu essa dívida na empresa, ele deu todos os bens pessoais que nós tínhamos em garantia na PETROBRAS. Aí, o que aconteceu? A empresa, na época, sofreu, além da crise que vinha do petróleo... Na época, um cliente, que era um cliente do próprio setor, fez uma compra, ele vinha comprando uma média de 2 milhões de óleo *diesel*/mês.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Da TRR?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Da TRR. E nós, na época, estávamos vendendo para ele com 60 dias de prazo. O que aconteceu? Essa empresa... Ele pediu concordata. Quando ele pediu concordata, nós já vínhamos com uma defasagem, na época, num capital de giro e tudo o mais, nós não resistimos. Aí, o meu pai foi à PETROBRAS e fizemos uma negociação na PETROBRAS para poder dar um oxigênio para a empresa, enfim, ela ter um... Garantir aquilo que a PETROBRAS tinha de crédito e abrir uma nova linha de crédito, para que a gente respirasse novamente e desse continuidade àquilo. Infelizmente, ocorreu o seguinte: meu pai deu todos os imóveis que a gente tinha, pessoais, da empresa, colocou tudo nesse negócio e, depois, a PETROBRAS não cumpriu com aquilo que era aquela abertura de crédito. Ela se garantiu e ela não acreditou mais na empresa e, foi aí, a empresa faliu. Então, eu queria deixar claro que não foi uma falência fraudulenta, que foi aberta, tudo. Isso está arquivado. Quer dizer, não houve má-fé, não houve nada de especial. E aí foi que, depois, a minha vida daí para frente foi de muita luta, trabalho. Tive posto de gasolina, perdi o posto, perdi vários negócios que fiz, mas não perdi a esperança, viu, Deputado? Não perdi. Graças a Deus, a vontade de trabalhar sempre foi muita.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Me permita...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - E essa foi a escola, entendeu, a grande escola da minha vida. Essa falência foi a grande escola para mim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E desde então, por quantas empresas desde esse período — e, aí, a recuperação, os negócios, a participação da família —, desde a inauguração, nos anos 70, o senhor já teve a oportunidade de passar como sócio controlador, titular ou trabalhando com responsabilidade gerencial desde então? No final dos anos 70, o senhor tem alguma lembrança de empresas com o nome Avan?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - News?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, News, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - May Lup(?)?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Nunca ouvi nem falar.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por quantas empresas o senhor passou até chegar em 1995, com a Golfo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu passei pela Avan e pela Granel.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela Avan e pela Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o que sucedeu com essas empresas? Por quanto tempo o senhor esteve? O senhor era sócio?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sócio.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quais eram os outros sócios? A Avan foi a primeira empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi a primeira. Foi a primeira no ramo de distribuição.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem eram os seus sócios na Avan? Avan foi a primeira? Avan foi a primeira empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi a primeira. Foi a primeira no ramo de distribuição.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem eram seus sócios lá?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era o Sr. Fernando Vinhas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Fernando?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Vinhas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só distribuía ou também tinha postos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, só distribuía.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E por quanto tempo essa empresa atua no mercado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu não sei precisar o tempo que ela atua no mercado, mas eu devo... A minha passagem por ela acho que foi coisa de três anos mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Três anos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor... Qual foi o motivo da sua saída da empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi por incompatibilidade com o sócio.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E a Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Granel...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Foi simultâneo à Avan? Foi posterior à Avan?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi posterior.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Posterior?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Posterior.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A sua saída da Avan, como é que ela se deu? O senhor recebeu a sua parte da cota de ações?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Recebi. Foi tudo em ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em seguida abriu a Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É foi.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem eram seus sócios na Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Na Granel, eu tive por um período o Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Paulo Lima.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, o Deputado Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Na Granel, nesse período, o senhor também teve alguma outra sociedade com alguma outra pessoa, em algum outro ramo vinculado ao setor de combustíveis, ou abriu algum outro empreendimento para fazer movimentar o capital?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tenho uma participação num terminal no porto de Santos, que não está em funcionamento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa participação é desde quando?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Terminal de granéis líquidos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O terminal de granéis líquidos é, salvo correção, Deputado, eu acho que foi em 2000, não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E funcionou durante quanto tempo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, o terminal não está funcionando ainda.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não está, mas chegou a funcionar?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ele já funcionou no passado. Na minha gestão... Esse terminal tem que ser feito um investimento nele. Ele está, ele se encontra interditado pelo meio ambiente. Então, tem que ser feito uma reforma, um investimento,...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como é que o senhor adquiriu a...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - ...para adequar ele para que ele possa operar. Entendeu? Foi um terminal que a empresa operou esse terminal anteriormente, ela deixou um passivo ambiental lá, entendeu?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como é que o senhor adquiriu esse terminal, a participação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Esse terminal foi o seguinte: inicialmente esse terminal era do Deputado Paulo Lima e de uma empresa chamada Remington Fox, do exterior.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Remington Fox.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor se recorda onde era a sede dessa empresa no exterior?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Na Inglaterra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o senhor comprou?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Aí eles fizeram a sociedade, adquiriam a concessão do terminal.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A concessão?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A concessão, não. A empresa já era concessionária e foi transferida a concessão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Certo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo? Para essa empresa que hoje se chama COPAG.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Co...?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - COPAG.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - COPAG.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É. Companhia Paulista de Armazéns Gerais. Eles adquiriram, o Paulo e essa empresa de fora, e depois me convidaram para entrar nessa sociedade.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor entrou através da Golfo ou de outra empresa, como sócio?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não eu entrei... Nessa empresa, eu participo como pessoa física mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pessoa física. O senhor tem uma cota?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu tenho 50% dela.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E ela está parada desde 2000?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ela está parada porque houve problemas de ordem judicial em função do contrato, uma série de coisas e toda essa demanda foi terminada o ano passado. Eu acho que março do ano passado, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E o seu objetivo ao entrar na sociedade qual teria sido?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não o objetivo seria o seguinte. Veja bem: no Porto de Santos, hoje, existe carência de terminais de líquidos, certo? Esse terminal seria um terminal que está num processo avançado para poder fazer a operação de líquidos, vamos dizer, desde a abertura da importação.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor estimaria em que capacidade esse terminal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Esse terminal é de 32 milhões de litros.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, passaria a ser também uma atividade do grupo a importação de combustíveis. É isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, na verdade, seria, porque foi quando foi autorizada a liberação da importação. Então, o interesse também, a participação lá realmente seria para deixar aberto isso daí. E fora isso também a empresa teria muito interesse porque aí surgiu a oportunidade da formuladora. Então, para a formuladora, seria um negócio muito interessante um terminal, principalmente em Santos, que está próximo do grande centro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual a razão social hoje dessa sociedade?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - COPAG.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - COPAG?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - COPAG.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela está inativa neste momento?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, ela está inativa, já com as licenças e autorização do órgão ambiental, da CETESB, para iniciar a obra. Para ser iniciada a obra, tinha que ser feito um investimento lá, e estamos dependendo talvez de algum financiamento, de alguma coisa para poder realizar isso daí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Dirceu, além da sociedade com o ex-Deputado Paulo Lima — a COPAG só participa —, quem são os sócios com o senhor na Golfo e na Fórmula Brasil.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Na Fórmula Brasil, eu tenho 99% da empresa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem tem 1%?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O Edson Dagmar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Edson Dagmar?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem é esse cidadão?
Como é que o senhor fez a sociedade com ele?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A sociedade com ele é o seguinte: ele é uma pessoa que nós fomos amigos de infância já e tudo mais, uma pessoa da minha confiança, e eu resolvi participar ele na sociedade. Ele está lá como uma pessoa da minha confiança, que exerce atividade administrativa. Então, ele cuida da parte de compras, de...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quantos funcionários você tem na Fórmula Brasil? O senhor se recorda?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, eu vou generalizar. No grupo, eu acho que hoje estamos em torno de... Eu tenho dado talvez mais preciso aqui, mas eu vou dar um número.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tem uma matriz, algumas filiais ou só uma sede central?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, temos matriz, filiais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Filiais em que localidade?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Fórmula tem filial no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A matriz é em São Paulo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A matriz é Paulínia.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Paulínia. O senhor não se recorda quantos funcionários o senhor tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O número de funcionários, eu vou dar o número generalizado. Entre o grupo, eu acho que está em torno de 300 funcionários, direto, dentro do grupo mesmo, assim, fora o...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E na Golfo quem são os seus sócios?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Na Golfo é a minha esposa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A senhora sua esposa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Roxane Lup(?) e meus três filhos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Como eles se chamam?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Rodrigo, Carolina e Maira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mário?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Maira.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Maira, desculpe. Os sócios, o senhor, a sua esposa e os seus filhos têm participação societária em algumas outras empresas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Essas que eu já lhe disse. A COPAG...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eles também aparecem como...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, na COPAG sou eu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas o senhor Rodrigo, a senhora Carolina, a senhora Maira, eles também são sócios de outras empresas, de outros ramos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, foram sócios nos postos, quando nós tínhamos os postos, como nós vendemos os postos...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não há nenhuma outra sociedade nem de razão diversa de combustíveis, outros tipos de comércio, outros tipos de prestação de serviços?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, Deputado. Meu filho teve uma locadora por um período. Uma locadora de vídeo, alguma coisa assim, mas não...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor diria que, hoje, atualmente, os sócios que controlam a Golfo, os sócios que controlam a Fórmula Brasil, os que controlam a COPAG, o senhor diria que o grande grupo das empresas, ele se espalha por quantas outras empresas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, é isso daí. É isso daí mais a transportadora.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mais a transportadora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É que eu já citei aqui.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, seriam esse terminal de granéis, a transportadora. O senhor tem alguma participação em uma empresa de nome Petroarte Combustíveis?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Isso daí foi um posto que foi do grupo também, mas não é mais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Numa empresa de nome Ronei(?) Administração de Imóveis Ltda.?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, isso daí foi uma empresa que foi o seguinte: é uma empresa que era praticamente do meu sogro. Essa empresa nem existe mais, entendeu? Quando ele estava para... Meu sogro e minha sogra tiveram a morte, quase que já se sabia que iam morrer, ele fez uma empresa para, colocou um bem que ele tinha em nome dessa empresa, depois, com a morte dele, foi vendida. Essa empresa já se encerrou. Isso aí não tem sentido nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu vou lhe relacionar algumas outras empresas e fique à vontade, não precisa o senhor detalhar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu vou lhe dar uma relação, eu gostaria que o senhor nos informasse: a empresa Unidos Negócios e Participação Ltda., a empresa Pool Golfo Armazém Ltda.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso não existe.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A empresa Golfo Service Automotivo Ltda.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era um posto, também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Auto Posto de Gasolina Colonial.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi nosso também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Golfinho Serviços Automotivos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi nosso também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Auto Posto Juquinha.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Gaivota Serviços Automotivos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Golfinho 10 Serviços Automotivos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Auto Posto Jardim Ester.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Jardim Ester? É, pode ser.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Auto Posto Lagoa Branca.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tá. Esses postos eram uma rede que nós tínhamos, Deputado, e...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - ...informei que foi vendida.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nessas empresas, das quais o senhor fez parte, nós queríamos que o senhor nos informasse se conhece ou tem conhecimento ou teve conhecimento. Parece-me que o senhor já falou da News Distribuidora de Petróleo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor teve conhecimento, participou, teve sociedade?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, nunca participei dessa empresa, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas chegou a conhecê-la de nome?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, conheci, claro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor teve relações comerciais com essa empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Entre as empresas, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa empresa ainda atua no mercado?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não tenho tido negócio com ela, não sei se...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A empresa Portal Oil Distribuidora de Petróleo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, essa era a mesma empresa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Era a mesma?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É. Eles mudaram de nome, lá, e...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor conhece o Sr. Adalberto Guinato Júnior?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ele era dono da News.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Da News?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, News, Portal.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu vou lhe dar uma outra relação de empresas, se o senhor, se tiver tido negócios comerciais ou se tiver tido participação societária puder nos informar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Posto de Serviço Jardim das Oliveiras.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Relação de venda, só. Cliente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Cliente do senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Fly Química e Comércio de Produtos Químicos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não conheço. Nunca ouvi nem falar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Química Atlantis.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Enigma Química.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa é um enigma mesmo, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, acho que é, porque...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É, a Bulls Distribuidora de Combustíveis.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também nunca tive nem, nem, nem relação nem nada. Também... Conheço de ouvir falar, mas não...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em algum momento, o senhor teve o nome da sua empresa citado ou envolvido numa hipotética relação com bases clandestinas de adulteração de combustíveis? Em algum momento?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu, não. Não, nenhum momento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nenhuma base em Campinas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nenhuma base em Cajamar? No Parque Paraíso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não. Nada, nada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nenhuma base também em Cajamar, na Rua Rio de Janeiro, sem número?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, não. Nem conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor, como tem expressão no mercado, tomou conhecimento de que teriam sido — vou usar uma expressão comum na imprensa —, teriam sido estouradas essas bases clandestinas de combustíveis em Campinas, na região de Campo Limpo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não me lembro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor disse aqui que todo mundo no ramo conhece o Sr. Ari Natalino. Então, se todo mundo no ramo conhece, quem é do ramo conhece, não é? O que é que o senhor conhece da



atuação do Sr. Ari Natalino, no ramo? Conhece... Qual o conhecimento que o senhor, como parte do ramo, teria da atuação do Sr. Ari Natalino? O senhor falou de dificuldades que ele teve na empresa, e aí os postos passaram a adquirir combustíveis de outras distribuidoras.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não é? Qual foi essa empresa pela qual ele teria passado por dificuldades, na qual ele teria passado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não sei. Da história dele, não, não,... A minha relação com ele foi só essa. Foi só quando ele veio no mercado e mais nada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Os postos dele passaram a comprar combustíveis na sua distribuidora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - No mercado. Não só na minha.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, claro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Então, vamos dizer, ele chegava... Ele estava atravessando talvez por alguma dificuldade, ele me pagava, ele carregava. Se ele pusesse em dinheiro na conta, ele levava a gasolina. Senão...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual era a principal...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Então, minha relação com ele foi isso aí, dos postos dele vieram lá comprar e nada mais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual era a principal empresa dele, a distribuidora conhecida?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era a Petroforte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Foi essa que teria passado por dificuldades?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, aí, não sei, Deputado, não é, não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas, no ramo ninguém sabe das dificuldades, só sabem que ele começou a procurar outras distribuidoras para comprar nos postos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, exatamente. Acho que as dificuldades que ele tinha, eu, a mim, não...



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Isso, por quanto tempo o senhor teve relações comerciais com ele?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi por um período curto, não foi muito não, mas eu não sei...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Até quando?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não sei. Talvez, acho, que o ano passado, retrasado, porque ele estava comprando, de repente ele parou. Os postos dele parece que estão fechados, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu vou concluir, Sr. Presidente, inicialmente, fazendo ainda algumas perguntas do ponto de vista do conhecimento. Temos informações... A CPI busca exclusivamente a verdade, e temos informações que nos indicam algumas outras pessoas. Se o senhor tem conhecimento das pessoas Rodrigo Correia Dentsin(?), que seria sócio da Bulls Distribuidora de Combustíveis.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Rodrigo? Não, não conheço. Não conheço. Como eu disse, o pessoal da Bulls eu não conheço ninguém.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não teve nenhuma relação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Marcelo Nunes?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Marcelo Nunes?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Marcelo Nunes Borghesi.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não teve nenhuma relação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tem conhecimento de empresas....

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Estou concluindo, Deputado. O senhor tem conhecimento de empresas...

(Intervenção inaudível.)



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É, nós vamos concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu sei que alguns Deputados estão... A prática desta Presidência é dar o máximo possível de liberdade aos Deputados. Sei que alguns Deputados querem viajar, e logo depois, posterior ao nobre Deputado...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ele já está terminando.

(Não identificado) - Ele está concluindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor teve algum conhecimento ou alguma relação comercial com uma distribuidora de nome Centro Sul?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Centro Sul? Conheço e acredito que pode ser que no mercado tenhamos alguma relação de compra e venda de... operação congênere.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor diria que a distribuição dos combustíveis da sua empresa hoje tem como principal cliente que empresa, que rede de postos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso é diversos. É difícil eu colocar um principal cliente, colocar alguém, é difícil, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas a gente sempre...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nós temos um cadastro de 2 mil empresas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem é o seu maior comprador? Seu maior cliente?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não tenho o maior cliente. Todos os clientes, para nós, são importantes, todos os clientes são patrimônio da empresa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com quem o senhor fatura mais?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com quem?



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com que empresa o senhor fatura maior volume de combustível?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com a Fórmula Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Fórmula Brasil. A Fórmula Brasil distribui.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Distribui.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A Golfo é a formuladora.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Golfo não. A Golfo foi preparada para ser formuladora agora. Então a Golfo é que teve a autorização que foi suspensa em função da CPI.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu quero encerrar, em primeiro lugar, renovando, em função dos contratemplos que tivemos hoje, a importância da reconvocação do nosso depoente, Sr. Dirceu. E, ao mesmo tempo, que esta CPI encaminhe, por deliberação de seu Plenário, a solicitação para que as empresas Golfo e Fórmula Brasil encaminhem a esta CPI — vamos definir o prazo para avaliação — todos os contratos com as empresas que adquirem combustíveis e as empresas que fornecem também, no caso, para a formuladora. Obrigado.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. A formuladora ainda não está funcionando, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ainda não está?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. A formuladora teve uma autorização que foi suspensa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De que usina ou destilaria o senhor recebe o abastecimento de álcool?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - De várias.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de antemão levar ao conhecimento do depoente que à CPI, é proposição nossa, vai ser encaminhado requerimento para que solicite às empresas do Sr. Dirceu a identificação e as cópias dos contratos de aquisição e distribuição de combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu queria pedir... Eu sei que o nobre Deputado José Carlos Araújo tem necessidade de viajar e eu sei que o



próximo seria o nobre Deputado Dr. Evilásio e depois Rogério Silva. Então, queria que o senhor abrisse para o nobre Deputado José Carlos Araújo.

(Não identificado) - Sr. Presidente, permita-me o Deputado José Carlos Araújo, só para dizer que na realidade nós também estamos aguardando esses documentos que foram solicitados pelo Deputado Paulo Rubem Santiago. Nós dependemos, inclusive para fazer fechamentos de levantamentos já feitos. Por isso o interoguei para pedir realmente que nos encaminhe com mais brevidade possível.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar... Estou inclusive abrindo mão da minha inscrição, pois tenho que fazer uma participação no plenário agora, apenas para fazer um comunicado ao Plenário, até porque as perguntas que eu tinha preparado também já foram quase todas feitas e respondidas pelo depoente, apenas comunicar o Plenário que estamos marcando, em atendimento a requerimento de nossa autoria, a data para visita desta CPI a Minas Gerais para o dia 9 de outubro, portanto, de hoje a 15 dias, na parte da tarde. Todos aqueles Deputados que tiverem interesse em participar que fiquem desde já avisados, coloquem já em suas agendas e, se houver pessoas que desejam ouvir, ainda há tempo de fazer, aprovar o requerimento para que a sua oitiva em Minas Gerais, que será feita na Assembléia de Minas, a partir, possivelmente das 14h30. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, senhor depoente, Srs. Deputados, Sr. Dirceu, recebi, chegou às minhas mãos no meu gabinete um dossiê da Golfo Brasil Petróleo Ltda. Tive o cuidado, li aqui, porque chegou há pouco tempo, várias das perguntas que o Deputado Paulo Rubem fez também tem aqui que o senhor respondeu. A que o senhor atribui o envio desse dossiê, já que é anônimo, não tem assinatura, por que atribui a quem, ou a que, a distribuição do dossiê, onde constam fotografias, nomes de empresas, sua família. Todas as perguntas feitas aqui estão respondidas, inclusive, nesse dossiê: Dirceu. Antonio de Oliveira, CPF, data de nascimento, 17/07/1955, endereço. Tudo consta aqui, muitas coisas, algumas anotações a mão, mas o senhor respondeu à pergunta: COPAG, Terminais e Armazéns Ltda. O senhor tem conhecimento dessa empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tenho. Já esclareci. Participo dela, com certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está bem. Já recebi o dossiê e muitas coisas tenho aqui. A pergunta que eu lhe faço é: ao que o senhor atribui a



distribuição desse dossiê nesta Câmara dos Deputados — pelo menos chegou às minhas mãos, não sei se às mãos de outros chegaram? Queria saber a que o senhor atribui isso aqui?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Acredito que algum ex-funcionário e algum concorrente junto com esse ex-funcionário, alguma coisa, algumas pessoas que vivem falando inverdades no mercado, uma série de coisas, como foi falado uma série de coisas aqui de que fui acusado e não tem fato, nada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas ex-funcionários?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o senhor acha que isso pode ser uma chantagem, é isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não sei, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por conta disso, alguém pediu alguma vantagem, alguma coisa ao senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Consta nos jornais e é voz corrente nesta Câmara e não conheço bem o ramo de combustível em São Paulo, no Rio, não tenho ligações, mas ouvia falar do Major Dirceu. Imaginava o senhor completamente diferente: um ex-militar, aposentado, de outra idade, mas estou vendo que não é bem isso. O senhor é acusado como o maior fraudador de combustível do Brasil. O senhor já foi processado por fraudar combustível, ou por adulterar combustível, ou por qualquer outra coisa? O senhor já foi processado criminalmente?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, Sr. Deputado, nenhuma vez sequer. Tenho uma ficha, folha corrida que o senhor pode levantar, não tenho nenhum auto, todas as visitas que o órgão fiscalizador fez às nossas empresas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não entrei nessa área de auto de infração, estou entrando na área criminal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, de adulteração nada.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nada? O senhor não tem...

Ao que o senhor atribui, então, essa fama que o senhor tem no ramo de adulterador?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Acho que, desculpa, talvez, a impressão, um pouco de incapacidade da concorrência, que não teve a escola que eu tive e a capacidade que eu tive de gerar meus negócios. Então, ficam com essas boatarias, com esse tipo de coisa que eu incomodo. Deputado, sou uma pessoa que levanto de madrugada, pego um carro, corro as usinas, vou procurar comprar o álcool onde tem o melhor preço para que a minha empresa tenha custo, um custo baixo. Tenho minha família trabalhando nos negócios, me ajudando — meus filhos, minha mulher. Então, isso, a empresa não é uma empresa inchada, não é uma empresa... Ela consegue ter um custo e ter uma posição melhor junto à concorrência, com relação a preço, esse tipo de coisa. É a isso a que atribuo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Imagina o senhor o seguinte: o senhor anda um pouco na contramão da história. Tudo o que a gente vê por aí é que as empresas familiares vão até um determinado momento, até um determinado estágio, e estagna. Ela regride, muitas vezes ela, inclusive, vai à bancarrota, exatamente porque se torna uma empresa familiar e não se profissionaliza. E o senhor, pelo que eu estou vendo aqui no dossiê, o senhor hoje é um homem próspero, é um homem de muitas empresas. Está aqui no dossiê. Eu estou vendo aqui que o senhor é um homem de muitas empresas, muitos empreendimentos, e o senhor acha que... Tudo isso que está aqui o senhor herdou ou fez nesses 22 anos de trabalho que o senhor tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, do dossiê, eu não, desculpa, eu não... O que é meu, o que eu fiz, está aberto, está declarado. Do dossiê, eu não posso falar nada, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não estou falando do dossiê. Estou dizendo que o senhor é um homem próspero, pelo que diz aqui, o senhor é um homem próspero.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E que o senhor fez uma fortuna.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, fortuna não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É isso que eu estou perguntando.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Veja bem, eu, graças a Deus, nunca fui processado por nenhum tipo de crime, muito menos por adulteração.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor sabe como funciona o esquema de adulteração de combustível?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não conhece isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não sabe como funciona?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não sei. Não tenho participação, não sei, não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não estou dizendo que o senhor teve participação. Estou só perguntando. Estou curioso. (*Risos.*) É uma coisa que... Nós estamos aqui nesta Comissão justamente dirimindo dúvidas e tirando... Temos que ser curioso para saber e perguntar. Então, por curiosidade...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Por favor, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Há pouco tempo atrás, estive aqui o embaixador, que é o homem, o *big shot* da ANP, e nós questionamos... (*Risos.*) Então, o que acontece é que todos nós ficamos surpresos: como é que o senhor estava convidado para vir a esta Casa, para vir a esta CPI — e a ANP sabia —, como é que o senhor, nesse período, conseguiu uma licença para ser formulador. E mais, nos chega a notícia de que o senhor já estava com todas as instalações prontas, prontas para formular. Quer dizer, no dia 29, se não me engano, saiu a licença; no dia 4, o embaixador esteve aqui, questão de 5 dias. E foi suspensa. Não houve tempo de o senhor fazer nenhum investimento e tal. Mas o senhor já estava com praticamente todo o aparato pronto. O senhor tem alguma bola de cristal ou foi avisado que ia sair a liberação?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, o que ocorre é o seguinte, Deputado: esse investimento se iniciou em março do ano passado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor fez, então, com risco?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E se não fosse autorizado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Vou explicar para o senhor o que houve. Acontece o seguinte, é o mesmo processo da outra empresa que foi autorizada. É o seguinte: nós temos uma base primária, que ela tinha capacidade nominal de 12 milhões de litros, isso no decorrer de 2002. Acontece que, por um erro até de leitura da própria portaria, nós, quando resolvemos, em 2002, ser formulador e resolvemos que tínhamos que adequar a base, achamos, num erro de interpretação da portaria, nós já deveríamos, naquele momento que resolvemos, ter entrado com o pedido de autorização. Então, nós entendemos que nós deveríamos, para entrar com o pedido de autorização, adequar a capacidade nominal da base dentro do que pede na Portaria 317, que é o quê? A base primária para formulação tem que ter capacidade...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É 317 ou 117?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Trezentos e dezessete. Então, a base, ela tem que ter uma capacidade nominal de 15 milhões de litros. Muito bem. Nós entramos com uma solicitação na ANP para construir mais um tanque de 3 milhões de litros para adequar a capacidade da base. Então, o que nós fizemos? Fizemos o tanque de 3 milhões de litros. Quando chegou em dezembro de 2002, o tanque ficou pronto. A base, então, tinha a capacidade nominal de 15 milhões de litros, o que dava condições para ela ser formuladora. Muito bem. Então, foi pedida na ANP a autorização para construir a planta de formulação. Então, o que é a planta de formulação? A base realmente já existe. Ela tem lá a capacidade nominal de 15 milhões de litros. É o que precisa ter para ser uma formuladora. Só que não é só a base ter a capacidade nominal. O restante da planta agora, o que é? É a interligação dos encanamentos, que vai fazer o processo da mistura, e mais o laboratório. Então, o laboratório, a última parte dos equipamentos, que são importados, chegou agora recentemente da Europa, está sendo instalada no



laboratório, e a planta deve ficar pronta realmente num tempo rápido, porque o principal já realmente está construído.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Seu Dirceu, eu fui pego um pouco de surpresa, porque o senhor estava convocado para o dia 25, dia de hoje, mas surgiu uma contra-informação de que teria sido adiado o seu depoimento. Eu, por exemplo, não tive tempo de me preparar, de me debruçar, para fazer maiores perguntas ao senhor. Mas eu tenho uma informação de que, tempos atrás, o senhor pretendeu instalar uma base na Bahia, mais precisamente no Município de Candeias. Isso é verdade?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O que houve foi o seguinte: eu não tive a intenção de construir uma base na Bahia. O que houve foi que a Prefeitura de Candeias quis fazer um tipo de loteamento lá, como foi feito em Paulínia. Então, o Prefeito na época, que eu não me lembro o nome...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Prefeita Antônia Magalhães.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso. Ela visitou o que foi feito em Paulínia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem visitou com a Antônia Magalhães, as pessoas, o senhor lembra? Marcus Vinícius, alguma coisa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Marcus Vinícius. E o que ela fez? Ela convidou não só a minha empresa, convidou várias distribuidoras, e nós tivemos parece-me que duas ou três reuniões, mas, infelizmente, o projeto, a proposição, o negócio que eles queriam não contemplava a minha visão de negócio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nessa visita, pretensos sócios nesse negócio na Bahia se apresentaram ao senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Como sócio?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Para ser sócio lá no negócio na Bahia?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, ninguém se apresentou como sócio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está bom. Sr. Presidente, infelizmente, eu não tive tempo para me preparar para esta audiência de hoje, mas o



Major Dirceu não é tão preto como pintavam, pelo menos pelas respostas que ele me respondeu.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas me passaram um dossiê, recebi um dossiê do Major Dirceu, Sr. Presidente, como se fosse uma coisa escabrosa, uma coisa que... Mas todas as perguntas que foram feitas aqui o Seu Dirceu respondeu, que constam desse dossiê, ele respondeu. Eu estou até um pouco surpreso, porque, numa das páginas, tinha uma coisa que era para eu perguntar, estava aqui escrito à mão, se ele tem conhecimento... No depoimento dele, ele disse que a COPAG, ele falou dessa empresa. Então, Sr. Dirceu, até que provem o contrário, eu vou tomar mais informações e, aí, se tivermos uma outra oportunidade, nós voltaremos a conversar sobre isso. Mas, por enquanto, eu me dou por satisfeito.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Muito obrigado. Estou às ordens, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dirceu, eu tenho pouco a perguntar ou a acrescentar, porque eu acho que, nessa oitiva, os companheiros Deputados que me antecederam, eu acho que quase que exauriram a investigação. É preciso nós termos cuidado também para não pintar o santo nem o diabo. Deixar a coisa se apresentar e depois... Para não fazer prejulgamento. Eu perguntaria ao Sr. Dirceu...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - O seu homônimo, chamado major, ele também é do ramo de combustíveis?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Deputado, desculpa, mas ele parece que é major mesmo e é do ramo de combustíveis.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Ele é do ramo de combustíveis.

(Não identificado) - Ele é o verdadeiro e o senhor é o falso.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O meu é um apelido. A patente dele eu acho...

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Então, existe um outro major que é major por patente oficial, que também está no ramo?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - No Mato Grosso do Sul, que eu não conheço e não tenho nenhum tipo de relação de negócios, de nada.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - O ramo dele é também distribuição de combustíveis?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ao que me consta é.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - É revendedor também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Acho que é distribuidor. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Muito bem. De repente, pode ser que haja algumas linhas cruzadas. O senhor... Quais são os seus principais fornecedores?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, PETROBRAS, usinas e às vezes algumas empresas congêneres no mercado que...

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - O senhor importa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não importo.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Não importa. O senhor colocou aqui que tem no seu grupo, que é familiar, são 4 empresas. Essa de Santos, que é armazéns, que ainda não está em funcionamento.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - O senhor tem uma transportadora que transporta os seus produtos?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - E de terceiros também.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - E de terceiros também. Tem a Golfo e a Fórmula. A Fórmula é a distribuidora e a Golfo, formuladora.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pretende ser formuladora.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Pretende ser. Ainda não está instalada?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ela recebeu autorização, cumpriu tudo que tinha que ser cumprido, todas as exigências da Agência, através da portaria, e, infelizmente, está suspensa por causa de todo o clima que foi criado aí.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - A Golfo chegou a formular ou não entrou em atividade?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nunca entrou em atividade.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Nunca entrou em atividade. Está em processo...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Está aguardando agora o desfecho de tudo isso para poder exercer a atividade de formulação.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - O senhor tem idéia de qual é o número de postos nesses 3 Estados que o senhor fornece, que são seus clientes?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não tenho, Deputado. Desculpa.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Há uma fidelidade com a sua distribuidora em relação a essa rede de postos, ou eles adquirem produtos de outros fornecedores também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, também adquirem de outros.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Então, está bom. A minha era só, Sr. Presidente. Agradeço pelas informações.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Questão de ordem. Permita, Ministro, eu estava saindo, mas uma última pergunta que eu tinha me esquecido. Não posso sair sem fazer. Sr. Dirceu, foi veiculado na imprensa, nos últimos dias, a apreensão de um veículo Omega, novo, dirigido por um policial, transportando uma mala com uma grande quantidade de dólares. Este carro, se não me engano, pertencia a uma empresa do Sr. Dirceu, do senhor. O dinheiro pertencia ao senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Caiu no seu carro por acaso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não. Foi o... O carro realmente é um carro da empresa e o que ocorreu foi o seguinte: eu uso, muitas vezes Deputado, eu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor sabe para onde esse dinheiro ia ou vinha?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu fiquei sabendo depois, mas eu posso lhe explicar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, conte para a gente. E para quem era que vinha esse dinheiro? E para quem ia esse dinheiro?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Esse dinheiro foi o seguinte: eu uso muito o helicóptero, Deputado, porque eu resido em São Paulo, vou muito a Paulínia, vou a usinas e hoje a gente... Então, eu tenho algumas horas de vôo. Aconteceu o seguinte: o policial que estava no carro a que o senhor se referiu, ele é piloto de helicóptero. E ele tem o objetivo na vida dele, ele quer comprar um helicóptero. Então, o que aconteceu? Ele esteve conversando com o diretor da empresa e disse o seguinte: *“Olha, eu estou para ir ver um helicóptero, um Robson 22, lá em Ribeirão Preto, e eu estou até — comentou com o diretor — com o dinheiro para ir ver esse helicóptero. Estou querendo comprar esse helicóptero. O que você acha?”* Aí o diretor virou e disse para ele: *“Olha, se você comprar esse helicóptero, eu acho que a gente fica com 50% de horas suas de vôo aí dele”*. Ou seja, a gente compra a hora de vôo e ele fica disponível, que é um helicóptero pequeno para fazer pequenos percursos, transportar malotes, alguma tipo de coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Seria para transportar o senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, seria talvez para transportar a mim, meus filhos e prestar serviço da empresa. Então, o que aconteceu? Esse diretor falou: *“E aí? Você vai lá ver esse helicóptero? E eu estou te falando, a gente fica com 50% das horas, eu tenho certeza que a empresa fica. O que você quer fazer?”* Ele falou: *“Olha, eu estou querendo ir lá amanhã, inclusive eu tenho o dinheiro para comprar esse helicóptero. Estou com o dinheiro mesmo, estou querendo ir amanhã lá e se der eu já trago o helicóptero”*. Tá bom. Aí o diretor, que é muito amigo dele, pegou e falou assim: *“Se você quiser, como você já vai viajar com dinheiro, eu pego um carro aí que é de uso da diretoria, um carro blindado, está parado aí. Eu posso te emprestar esse carro para você ir lá ver esse helicóptero, entendeu?”* E aí pegou um motorista que trabalha de *free lance* até lá, ele estava trabalhando que ele já foi da empresa, e pediu que levasse ele lá em Ribeirão Preto. E aí ele falou: *“Olha, se não der certo o negócio lá em Ribeirão, eu tenho um outro*



helicóptero para ver em Brasília, entendeu?" E para mim o que chegou, o que aconteceu, foi isso daí. E ele agora tem a justificativa lá que ele diz que ele tinha vendido uma casa para poder comprar esse helicóptero, não é? Então ele vai prestar conta com a Receita lá. E foi isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o carro já voltou ao senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O carro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Já está liberado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu acho que já está na empresa já.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Saiu a versão, quais foram as versões desse dinheiro antes dessa versão que o senhor nos contou agora? O senhor conhece alguma outra versão?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, versão não conheço, ouvi alguma coisa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só conhece essa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Hein?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só conhece essa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, essa é a realidade, chegou a mim o fato administrativo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, mas...O senhor começou a dizer que ouviu...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ouvi coisas que não têm nada a ver aqui, que não tem sentido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Histórias da carochinha?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, histórias da carochinha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como eu não quero ouvir histórias da carochinha, me dou por satisfeito.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presidente, não quero entrar nesse fato, mas tomamos conhecimento e preocupou a todos nós... Sempre que é citado um membro desta Casa, nos preocupa porque nós temos que ter o cuidado com a imagem do Poder e com a própria convivência que temos com os



colegas. Foi feita uma afirmação de que teriam sido 150 mil dólares e que o policial teria dito que esse dinheiro seria de propriedade de um Deputado desta Casa. Primeiro eu queria entender: esse policial ele trabalha para o senhor, trabalha para a empresa, presta algum serviço à empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, ele trabalha de piloto de helicóptero, de *free lance*.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Piloto de helicóptero?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Então, às vezes, por exemplo, se eu alugo um helicóptero de uma empresa, aconteceu várias vezes de ele estar realizando vôos lá, entendeu? Agora eu vou lhe dizer, eu nem conheço esse policial. Tive conhecimento depois que ele era quem fazia algum vôo, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E qual foi o diretor da sua empresa que fez essa gentileza de ceder um carro blindado para que fosse levado esse dinheiro?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi o Dr. Valter Bombardi.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Valter?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bombardi.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bombardi. O senhor teria conhecimento, como é usuário desse tipo de aviação, quanto custa esse helicóptero que o senhor falou?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, esse helicóptero, eu não tenho muito conhecimento, mas esse helicóptero, um Robson 22, ele é um helicóptero para duas pessoas, ele é aquele bolha, ele é um helicóptero... Não pode custar mais de, não sei 120, 150 mil dólares, não tenho idéia assim, mas...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Isso daria em torno de uns 300 mil reais, 300 a 350?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, deve ser, deve ser.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dá mais? Bom, eu nunca andei de helicóptero, não sei nem a cor. Agora, um policial teria vendido uma casa, recebido em moeda estrangeira, para ir comprar um helicóptero?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso é o que me falaram!



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, pois não, eu só, como ele é piloto e é do conhecimento da sua empresa, talvez já tenha prestado serviço, apenas para que nós esclareçamos. Uma última questão, que me faltou à hora da minha intervenção: a sua empresa já buscou apoio judicial, já obteve alguma liminar contra a ANP?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Talvez por ato administrativo sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por ato administrativo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Por ato administrativo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O que foi requerido à Justiça contra a ANP?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi o seguinte, quando a Golfo estava construindo a base primária dela, a portaria, se não me engano, era a portaria anterior à Portaria 202, não me recordo o nome da portaria. Então, acontece o seguinte: a empresa, na época em que estava construindo base, não era obrigada a fazer movimentação, porque ela estava no processo de construção de uma base primária. Só o que constava na portaria.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, quero participar da CPI. Posso? Eu quero participar da CPI! Eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não precisa alterar o tom de voz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, eu quero participar. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não está inscrito. Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rubens.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, vou ouvir a conclusão do Sr. Dirceu.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi o seguinte: a empresa que estava com base primária em construção, ela não precisava apresentar o demonstrativo, o DCP, porque ela não tinha movimentação, ela estava construindo, ela estava em processo de construção da base. Na época, acho que não era nem a ANP, era o DNC. Eles cancelaram o registro da empresa com a base em construção. Então requeremos administrativamente dizendo: "*Vocês cometeram*



um erro, não façam isso, restabeleçam o registro da empresa, porque a empresa está...”

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Foi uma única liminar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Foi uma única liminar. Nós achamos mais prático — essa foi a realidade —, em função da má vontade existente na época, achamos mais prático entrar com um recurso numa liminar. E foi o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Com a palavra o nobre Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o *quorum* já bastante prejudicado, embora eu tenha me esforçado para ser o quinto a ser inscrito na lista para participar, mas fiz e faço questão de ficar até o final. Eu tinha muitas perguntas preestabelecidas.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - Desculpe, não tenho orçamento.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas mesmo assim restam algumas que gostaria de fazer ao Sr. Dirceu. Inicialmente, Sr. Dirceu, eu gostaria de perguntar ao senhor algo que em parte o senhor já respondeu. Aqui houve uma referência a COPAG, que foi objeto no dossiê que eu também recebi, dizendo que o senhor era sócio de um Deputado e tal. Como é, hoje, a composição societária da COPAG? O senhor já disse que tinha 50%. Quem são os outros sócios.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É o Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Que tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Mais 50%.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Que tem mais 50%. É o Deputado Paulo Lima.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Antes de o senhor estar na sociedade, o Deputado Paulo Lima... Foi ele que transferiu quotas para o senhor ou foi uma outra empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, foram os dois: ele e a Remington Fox. Aí eu adquiri 33% da empresa.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Essa empresa nunca operou?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nunca operou.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Quando o senhor entrou, ela já tinha, já estava convertida num terminal para graneis líquidos ou a conversão foi feita depois que o senhor entrou?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, já era um terminal.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Historicamente era um...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Era um terminal que, no passado, foi operado pela PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Era um ex-PETROBRAS.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Um ex-terminal da PETROBRAS que tinha um duto da Alemoa para o esse Terminal Ilha Barnabé. A PETROBRAS depois abandonou o terminal e aí a CODESP fez uma concessionária, e depois chegou nisso daí.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Está bem. O senhor fez referência a que o senhor participa em 4 empresas. Na Golfo, na Fórmula Brasil, na COPAG e na transportadora. Qual é mesmo o nome da empresa transportadora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Camaro Transportes.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Camargo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Camaro.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Camaro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Aquele automóvel Camaro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É isso. São as iniciais dos meus 3 filhos. E ficou realmente como se fosse o carro.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Camaro Transportes. Quais são os sócios dessa empresa? Quais são os componentes? Os 3 filhos do senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Os 3 filhos e a minha esposa também.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Carolina, a Maira e o Rodrigo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - E a Roxane.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Daí Camaro, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A esposa e os filhos?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Quem é que responde por essa empresa? Quem é o gerente?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Da Caramo? É o senhor Valter.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Os filhos não são gerentes?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não são diretores da empresa? No contrato social, na junta comercial?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, sim.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Se precisar, pode usar auxílio do seu advogado. Não tem problema.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Na junta comercial, quem é que representa a empresa formalmente no contrato?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - No contrato, a maioria das ações é da esposa, mas o Rodrigo tem toda a autonomia para...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Doutor, faça o favor, ajude ele. A sociedade será dirigida por... *(Pausa.)*

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Seria o Rodrigo.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Rodrigo, que é o diretor formalmente no contrato social. É isso? *(Pausa.)* O ramo de atividade dessa empresa o senhor tem presente? Como está no contrato social? Eu sei que ela é transportadora, mas ela faz mais alguma coisa além de transportar?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ela é transportes de cargas líquidas em geral.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Só transporte de cargas líquidas. Só, nada mais?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, é no contrato social. Eu pergunto...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, mas pode ser que... Eu não me lembro se inclui outras cargas, Deputado.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E na atividade? Bom, o contrato é uma coisa e, na atividade,....

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A atividade é transporte de líquidos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - ... é só transporte?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - De líquidos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E a Fórmula Brasil? O senhor já nos disse aqui que o Edson tem 1% e o senhor tem 99%. A Fórmula Brasil opera com o quê, quais as atividades?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Só distribuição.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Só distribuição?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Só distribuição. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Se eu perguntasse ao senhor, se o senhor tivesse que fazer uma avaliação, qual é o valor do patrimônio da transportadora? Qual é o valor que o senhor daria ao patrimônio? Some os bens que tem, todos os caminhões, todos os imóveis, deduzia daí a dívida, se é que o senhor tem. Qual é o valor do patrimônio dela? *(Pausa.)*

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A transportadora, acho ela deve representar... *(Pausa)* Quarenta... *(Pausa)* Não sei, acho que ela deve representar... O valor é difícil.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Deixe-me lhe ajudar. Quantos caminhões tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu vou lhe ajudar. Quantos caminhões tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tem 120 caminhões.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Cento e vinte caminhões. A 100 mil cada um, são 11 milhões e 200 mil.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso, era essa conta que eu estava tentando fazer, mas eu não sei se vale isso cada um.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Vamos fazer um negócio eu e o senhor? *(Risos.)*



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha que eu pego.

(Risos.)

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E o valor do imobilizado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A transportadora é a frota, não tem...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas o senhor tem garagem, o senhor tem um parque de estacionamento, o senhor tem os postos de combustíveis.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, postos nós não temos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, o senhor tem posto para abastecer a sua empresa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso tenho, claro.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor tem a oficina.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, falar que a empresa deve valer o quê? Seus 12 milhões, 13 milhões, porque tem o passivo aí também da frota. Não está tudo pago.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É claro, o senhor deve ter caminhão financiado.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bastante.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas, mais ou menos uns 10 milhões de patrimônio líquido, não é? Tira a dívida, sobram aí uns 10 milhões.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser, não sei em que ponto andam os financiamentos, mas...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mais ou menos, dá para a gente chutar um pouco aqui.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Mais ou menos, eu vou ter que aceitar.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Fórmula está estabelecida em Paulínia, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor tem base nesses pontos todos, não é?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, no Rio Grande do Sul nós operávamos na base da PETROBRAS e agora estamos operando só na base da COOPERSUCAR. Então...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Com que nome o senhor operava no Rio Grande do Sul na base da PETROBRAS?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Fórmula Brasil. E estamos construindo uma base lá no seu Estado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Então, base própria o senhor tem em Paulínia e no Rio de Janeiro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, temos em Paulínia e estamos fazendo no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E no Rio de Janeiro, como é que o senhor opera?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - No Rio de Janeiro, eu opero na base da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Então, base do senhor, só a de Paulínia?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Paulínia, e estamos construindo lá no Rio Grande, lá em Canoas

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Qual é o estoque médio de combustível que o senhor tem?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Puxa, essa é uma pergunta um pouco mais complicada para responder, porque...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Trinta milhões?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. O senhor fala em litros?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Em litragem.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, a base, vamos dizer... A base da Golfo, vamos dizer, que ela tem 15 milhões de capacidade nominal. Se opera com o mínimo possível, por causa do capital.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Claro, o capital de giro.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O mínimo, sempre o menor estoque possível.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O menor estoque possível para o senhor, que trabalha com 110 caminhões. Se nós puséssemos em cada um deles 10 mil litros,...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tá.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - ... nós teríamos 11 milhões de litros, está certo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo, está certo. É, eu acho que o nosso estoque, em média, gira em torno de... Entre os 3 produtos, uma média de 3 milhões de litros, o mínimo, variável, não é, uma variável.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É pouco, Seu Dirceu. O senhor trabalha com quanto maior...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, não...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Talvez seja um equívoco do senhor.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, pode ser.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor trabalha com estoque maior.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Senão o senhor não consegue ter os caminhões do senhor rodando. Não vão rodar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, pode ser. Mas é que nós prestamos serviços para terceiros também, não é, Deputado. E ocorre o seguinte. Quem... Esse dado mais é meu filho que...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor não teria o dado assim.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não é obrigado o senhor ter isso na cabeça agora.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, na cabeça não tenho. Posso fornecer, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Vamos ver... Talvez essa pergunta seja mais fácil. Qual é o movimento anual do senhor? Qual foi, no ano 2002, o



senhor lembra, na Fórmula Brasil, o movimento? O senhor vai nos mandar as notas, e vamos... Em princípio, vamos ver...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, vai ficar.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Mas, por cima, assim.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, mais ou menos uma média de 30 milhões de litros.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - No ano?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, mês. Mês.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Trinta milhões de litros/mês.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - São 360 milhões. Vamos colocar... Movimento bruto, em torno aí... 300 milhões.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Trezentos milhões, exatamente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor disse que a Golfo ainda não operou, não é? Porque o senhor vai trabalhar com formulação.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Ela antes nunca foi distribuidora?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ela é ainda distribuidora, mas ela tem...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Então, ela opera também com distribuição.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, mas uma participação muito pequena no mercado. Mas ela operou a base mais para terceiros, não é?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Golfo nunca ganhou liminar, nunca teve liminar da Justiça?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nunca teve?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nunca. Com exceção dessa por uma questão...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, mas essa é uma questão administrativa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, não, não, liminar...



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Liminar para fornecimento de combustível...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA- ... sem pagamento de qualquer tipo de tributo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. De tributos?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nenhuma. Nem a Golfo nem a Fórmula.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Em nenhuma delas o senhor trabalhou com combustíveis que foram fornecidos com liminar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nunca.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, pode ser que a Fórmula Brasil tenha comprado de alguma empresa...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Ou sim ou não. Eu quero saber o senhor, diretamente.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, eu não. Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor, com base numa liminar...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Aqui, eu tenho uma liminar...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - ... Forneça-me aqui 30 milhões de litros.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não há essa hipótese.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não há, não há, pode...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor sabe que o senhor é acusado de ser um fabricante de liminar também, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - De liminar?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Poxa, sou juiz, eu?



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, quem fabrica são os colegas aí. Eles criam a fórmula, não é? O advogado, o papel dele é esse mesmo. Ele tem que criar fórmulas para justificar a sua atividade profissional, ver onde a lei tem uma brecha e, nessa brecha, ele trabalha. E o juiz, vendo que a lei realmente tem a brecha, ele defere. Depois ele pensa que se enganou, revoga, ou não, ou mantém, e confirma. Mas isso é um papel do Judiciário. O senhor nunca teve liminar, seus advogados nunca advogaram para o senhor para buscar liminar para deixar de pagar imposto e conseguir fornecimento de combustíveis?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não. O senhor fez uma outra referência aqui, que a Receita Federal está fazendo, neste momento, está com um processo de levantamento para o senhor, está fazendo uma fiscalização de rotina na sua empresa. Foi ao que o senhor se referiu, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O ICMS também estaria, já concluiu?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, foi iniciado agora, recentemente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E a Agência também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Agência, ela faz as fiscalizações de rotina, que tem feito.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Agência, em algum momento, autuou-lhe no curso de todo esse tempo que o senhor trabalha?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - E, antes da Agência, o senhor teve algum tipo de autuação pelo fato de trabalhar... Antes da Agência. A Agência existe agora, há poucos anos.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tá.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Antes da Agência, por parte do Ministério, o senhor teve alguma autuação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nunca?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nunca.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nesse tempo todo, o senhor nunca foi autuado por nada.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Da ANP, da Agência e do extinto DNC, não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nada.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Por esse negócio de combustíveis, o senhor nunca respondeu a nenhum tipo de processo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor tomou conhecimento de gente que falava do senhor com relação a isso, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, através da imprensa.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Processou algum já?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ainda não. Achei que aqui era o local para eu iniciar a minha defesa, mostrar quem eu sou. E agora eu tenho que ver com os meus advogados o que tem que ser feito daqui para frente. Eu acho que a primeira coisa era me defender aqui. Então, eu queria agradecer inclusive a oportunidade que estou tendo aqui para esclarecer.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O álcool... O senhor trabalha com grande quantidade de álcool também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, relativamente, relativo ao mercado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Relativamente ao mercado ou a sua condição, sua capacidade de...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, dentro desse volume, que a gente fala de 30 milhões, tem uma participação do álcool...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Aí o álcool está dentro também.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Estão aí dentro o álcool, o *diesel* e a gasolina. Tudo numa proporção de mercado.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Qual é a percentagem do álcool nisso, o senhor lembra? Mais ou menos, é 20%, 30%...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, eu não sei. Deixa eu... Acredito, pela prática, é 30%.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Trinta por cento.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, 30% o álcool, 30 o *diesel* e 40% a gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor trabalha com o álcool combustível, não é, o álcool hidratado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso, hidratado e anidro para a gasolina.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Essas empresas com que o senhor trabalha comprando álcool... O senhor mesmo, o senhor disse que levanta de madrugada, pega o carrinho e vai passar na usina para comprar direto e tal. Esse pessoal nunca quis vender para o senhor sem nota?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sempre foi direitinho.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sempre, tudo...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Documento fiscal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tudo certinho, Deputado. Tudo sempre pela ordem.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor disse que na COPAG o senhor participa como pessoa física, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor lembra o valor nominal dessa participação? Quanto é o valor? É na sua pessoa física, eu acho que o senhor lembra, não é?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, o...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Está na sua declaração de bens lá: participação na empresa COPAG, número de cotas desde o ano tal, no valor de... E aí tem um valorzinho.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, eu acho que o valor nominal, eu acho que é 1 real a cota. Ela tem um capital. Não estou bem certo, não, mas eu acho que é 800 mil reais o capital dela.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor entrou com 400, então.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, eu, na verdade, eu entrei depois nessa empresa. Eu entrei inicialmente com 33% e depois acabou ficando eu e o Paulo na sociedade.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sei. Mas, de qualquer sorte, o senhor não lembra o valor que está na sua declaração de bens?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, agora...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Receita Federal agora, nesse levantamento, vai dar uma olhada nisso.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, certo... Não, mas eu posso até mandar para o senhor, sem problema.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, não. Só estou lhe dizendo porque daí o senhor vai lembrar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Vão de lhe dizer que...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sem problema.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Então, o senhor não lembra o valor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, o valor do capital é 800 mil reais.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor disse que passou por uma falência. O senhor lembra o ano da falência?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Setenta e seis, setenta e sete. Foi um... em um desses anos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Dali em diante o senhor aprendeu e só teve resultado positivo. Trabalho muito!

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, não. Foi uma luta. Foi muito difícil. Tive muitos altos e baixos ainda após isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu lhe fiz uma pergunta com relação à Fórmula. E, na Golfo, se o senhor tivesse de estabelecer um patrimônio, o valor do patrimônio da Golfo, qual é que o senhor estabeleceria?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, eu diria, Deputado, vamos dizer assim, as 3 empresas aí, o patrimônio do Grupo é em torno de 40 milhões.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É, mais ou menos coerente com aquilo que a gente tinha. Se o senhor considerar a transportadora, no valor que nós referimos; a Golfo, o valor maior do investimento, porque o senhor estava preparando uma base para formulação...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Coisa aí de uns 20...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, por aí.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É, mais 10 na Fórmula, vai dar 40, 40 e poucos. Olha, eu quero repetir apenas por um desengargo de consciência.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Fica à vontade.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor nunca teve nenhuma autuação...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - ... por adulteração de combustível?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nunca.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Por parte de ninguém?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor nunca foi processado por fraude em combustível ou adulteração?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nada disso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não responde a nenhum processo-crime?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu não tenho mais nada, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu gostaria aqui...



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Vou fazer uma sugestão ao senhor, e ao mesmo tempo é um requerimento ao Presidente, que o senhor encaminhe, e é fácil isso, seu advogado providencia isso para o senhor, não digo amanhã, que é sexta-feira, mas... e rapidamente, vamos ver se em 10 dias dá para o senhor fazer chegar aqui, se o senhor conseguisse a certidão negativa da Justiça Estadual em São Paulo, da Justiça Estadual no Rio de Janeiro, e da Justiça Federal em São Paulo e no Rio de Janeiro. Porque isso que o senhor diz, a gente comprova com a certidão com facilidade. É só tirar a certidão, já...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim. Das empresas com o quê?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, pessoa física.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Minha?

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu quero do senhor aí.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Minha, sem problema.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu perguntei se o senhor estava sendo processado criminalmente.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não, sem problema. O.k.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não tem problema, tá?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Olha, gostaria de apresentar aqui para o senhor... Esses aqui são os gráficos dos produtos de não conformidade da ANP e das distribuidoras.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nós já ouvimos aqui a ANP. A gente conhece como eles trabalham. Se eles nunca autuaram o senhor, o senhor está dizendo isso, não há nenhum problema. Mas o senhor deixe, por favor, na Secretaria para a gente poder consultar depois.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É aqui... é interessante que... aqui são as empresas que... tem um gráfico...

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eu entendo. Eles já estiveram aqui.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Aqui são as distribuidoras.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Eles estiveram aqui e já nos prestaram esse tipo de informação. À medida que o senhor esteja regular, é melhor para o senhor.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Está o.k.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva. Depois do Rogério Silva é o André Luiz e depois, o último, José Borba.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, pode passar a palavra para o Deputado André Luiz. Eu falo logo após.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Obrigado, companheiro. Seu Dirceu, o senhor já foi militar alguma vez?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nenhuma vez.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Nunca serviu?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nem servi. Eu fui... Sou reservista.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O senhor nunca teve nenhuma transação com a empresa Apolo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Apolo? Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Nenhuma, nenhuma?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nenhuma, nenhuma. Nem transação nem...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - A sua empresa nunca foi pega em flagrante em adulterar combustível?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - A sua empresa tem depósito?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, depósito não. Nós temos base primária.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Depósito não.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, depósito não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Olha, por tudo o que aconteceu aqui, você está aqui hoje... O senhor ia depor no dia 2, parece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dia 1º.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Dia 1º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ia, não. Vai depor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Vai depor. E veio hoje. E o senhor voltaria com tranqüilidade de novo se fosse convocado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu não tenho nada a esconder. Eu acho que está... Estou aqui. Agora, eu tenho uma questão de agenda. Eu não sei minha agenda. Eu estava convocado para hoje. Eu estou aqui em Brasília...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Olha, as perguntas que eu iria fazer a V.Sa. foram feitas pelos nossos companheiros, inclusive o Deputado Paulo Santiago fez 12 das minhas perguntas. Queria dizer que eu acho que o senhor está sendo injustiçado. Eu tenho quase certeza, pela sua firmeza em tudo o que foi perguntado aqui. V.Sa. não teve dificuldade nenhuma para responder as indagações dos companheiros aqui. Acho que ou há um erro ou esse dossiê é de inimigo seu do comércio, da vida do dia-a-dia, adversário seu que queira lhe prejudicar.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Concorrente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Porque ninguém, ninguém... Se o senhor não fosse uma pessoa de bem, as suas empresas não teriam a sua família ao seu lado.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Então, acho que há um engano. E se tiver que voltar, o senhor volte, viu? Nós estaremos aqui.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu acredito que o senhor é uma pessoa de bem. Não tenho pergunta nenhuma a fazer.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sem dúvida. A minha volta, eu só me restrinjo a uma verificação de agenda. Só isso. Mas estou à disposição. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Bom, Sr. Presidente. As perguntas que foram feitas ao Seu Dirceu, na verdade, elas tiveram bastante profundidade, e no que diz respeito à minha indagação, eu vou entrar mais no fato desse dossiê que nós temos aqui. Eu acho que a maioria das pessoas, dos Deputados estão com ele



em mãos. Eu queria, Seu Dirceu, primeiro, fazer o comentário sobre a maioria das pessoas que falam a seu respeito. Elas dão conta de que o senhor é uma pessoa agressiva, violenta. O senhor tem essa performance?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, Deputado, em hipótese alguma. Muito pelo contrário. Eu sou uma pessoa que me relaciono bem com todo mundo. Sou conhecido no ramo por todos. Realmente, eu acho que se o senhor parar num posto em São Paulo, em 10 postos, vai ter 2, 3 que vão me conhecer — que conhecem a mim, conhecem a minha família, sabem quem eu sou, de onde eu vim, as minhas origens e tudo mais, entendeu? Eu diria até mais para o senhor. Eu diria que de todas as empresas regionais existentes no Brasil hoje, eu acho que poucos são natos como eu. Natos no petróleo, de nascimento, assim, e de história, entendeu?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nesse dossiê também existe algum momento que fala sobre uma possível ligação sua com duas pessoas da concorrência e que foram mortos e que possivelmente tivesse a sua participação nesse caso.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, primeiro, para mim, eu não sei nem como responder para o senhor. Mas se eu tivesse alguma participação em algum ato desse tipo eu estaria sendo parte de algum processo. Quer dizer, eu não sou testemunha em processo nenhum de nada e jamais na minha vida, entendeu? Sou de uma família cristã, jamais na minha vida eu praticaria um ato desse tipo. Jamais, jamais. Está aqui meu filho, minha esposa, minhas filhas por amor. Nem pensar uma coisa dessa. Pode investigar no que quiser, em Polícia Federal, em Interpol e o que mais tiver que eu não tenho, meu Deus do céu!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor conhece algum boliviano?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não conhece nenhum boliviano...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, pode ser que eu conheça assim, mas...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... que tenha talvez até alguma ligação comercial com o senhor ou com as suas empresas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A Golfo compra gasolina tipo A?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Gasolina...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Tipo A.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Compra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - De quem ela compra?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, a Golfo não compra, a Golfo só tem cota de óleo diesel.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela não tem...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, ela pode comprar gasolina A, mas ela só está operando com óleo diesel. A Fórmula Brasil compra gasolina A.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E a Fórmula Brasil vende a gasolina A.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Vende a gasolina C.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E a gasolina A, para a Golfo ela vende?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, a gasolina A, nós recebemos a gasolina A, fazemos a adição do anidro, que ela se transforma em gasolina C.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim, mas a minha pergunta é o seguinte: a Fórmula vende para a Golfo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Existe essa negociação da empresa Fórmula com a empresa Golfo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Não existe. Existe uma relação, pode...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Troca de documento, de nota fiscal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É, pode haver alguma coisa nesse sentido. Por exemplo, uma base está com estoque de gasolina maior, a outra está menor, tem uma falta, uma pode, pode haver uma cooperação entre as empresas. Somente isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O álcool hidratado, o senhor compra das usinas ou de distribuidoras também?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, a maioria é de usinas. Agora, se às vezes, se um distribuidor tiver uma condição melhor do que a própria usina, porque ele fechou um lote maior, alguma coisa nesse sentido, quer dizer, são coisas do mercado, há a possibilidade de se fazer essa compra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A movimentação sua na Fórmula Brasil...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... do álcool hidratado, ela é constante?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não é muito constante não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas, na média, ela tem constância.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Depende, porque justamente o álcool o que é e essa comercialização? Vai muito da compra que é feita, entendeu? Então, por exemplo, às vezes eu vou numa usina, vamos dizer que eu consiga comprar um lote por um bom valor, entendeu, então eu tenho um preço mais acessível no mercado, então o meu volume de venda vai aumentar, eu vou buscar volume com menos lucro, talvez.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas na média anual...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Porque o álcool é um produto que oscila muito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas na média anual vai dar mais ou menos uma...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É mais ou menos. Ele representa uns 30% do movimento total.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em 99, o senhor comprou 586 mil litros de álcool hidratado. Número difícil de guardar, de 99. Em 2000, o senhor comprou 1 milhão e 900 mil litros de álcool hidratado.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em 90...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em 2000.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em 2000.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O ano de 2000. No ano de 2001, o senhor comprou 1 mil de litros de álcool hidratado. No ano de 2002, o senhor



comprou 11 milhões, 244 mil litros de álcool hidratado. E quando, até agora, 2003, o senhor comprou 1 milhão 782 mil litros. Por que essa alteração tão grande nessa movimentação de álcool hidratado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - O senhor está se referindo a qual empresa?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - À Fórmula Brasil.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Então, a Fórmula Brasil eu estou operando com ela de março do ano passado para cá.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas aqui, segundo os dados da ANP, está aqui nesses números que o senhor operou em 99, 2000, 2001, 2002, 2003.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom se... Eu não estou contestando número. Eu não tenho esses números. Eu não tenho esses números, eu não posso, eu não posso responder à sua pergunta com relação à volume...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor está dizendo que o senhor está operando com álcool hidratado de março para cá da Fórmula Brasil?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Eu estou dizendo que eu adquiri a empresa Fórmula Brasil de março do ano passado para cá, mas, independente disso, eu queria dizer para o senhor o seguinte: que eu não tenho registrado de cabeça e não tenho essa informação que o senhor tem aí. Então, eu teria que...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, o senhor tem essas informações. Foi o senhor que passou para a ANP essas informações, ou foi a empresa.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, Deputado, eu não estou discutindo a informação, não. Eu não estou dizendo que... eu não estou contestando a sua informação. Eu estou dizendo apenas que eu não detenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Qual é a empresa que o senhor tinha antes de ter a Fórmula Brasil, antes de março, que o senhor fazia essa movimentação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, nós operávamos pela Golfo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, a Golfo não tem movimentação.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, outras empresas. Só movimentação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas a Golfo não tem essa movimentação.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, a Golfo não. A Golfo, ela faz armazenagem para terceiros, certo?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o movimento do senhor.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ah.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Da Fórmula Brasil, o senhor comprou agora, de março para cá?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - De março para cá, que...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E antes de março, qual era a empresa que o senhor operava com ela?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A empresa Granel Petróleo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Granel Petróleo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, vamos ver lá. E a Granel Petróleo comprava gasolina A?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - De que ano, o senhor comprava gasolina A da Granel Petróleo, com a Granel Petróleo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - No período que eu tive uma participação nela, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mais ou menos, não precisa ser tão exato, não.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu tenho aqui, um minuto. Talvez nesse período anterior aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor começou a operar com a Granel Petróleo com a gasolina A mais ou menos em que período, em que ano?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em 90... Deixa eu ver. Por volta de 2000.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Vamos lá, então. A Granel Petróleo, ela apresenta movimentação só no ano de 2001, com gasolina A. Ela começa em junho de 81, com 1 milhão de litros; julho, vai para 1 milhão e 290; agosto, 1 milhão e 400; setembro ela já chega com 3 milhões e 600; outubro, 5 milhões e 700; novembro, 4 milhões e meio; dezembro, 4 milhões e 200; janeiro de 2002, 5 milhões e 900; fevereiro, 6 milhões; março, 5 milhões; abril, 6 milhões; e vai indo. Ela vai numa crescente, num volume quase inexplicável. Vamos continuar aqui. A Granel, quando chega em maio, ela cai para 3 milhões; junho, 2 milhões; julho, 1 milhão e 800; agosto, 674; setembro, 65 mil; outubro de 2002, 771 mil; novembro, zero; dezembro, 150 mil. A que deve esse início pequeno, crescendo, depois vai lá para baixo?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ah, isso é o mercado, não é, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas como o mercado? Uma empresa que movimentou 6 milhões de litros, de repente passa a movimentar em baixa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ué, mercado, às vezes dificuldade de quota, baixou a quota. Alguma coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Dirceu, vamos lá, uma empresa que vem, sadia, movimentando. Ela vem numa movimentação... Olha, a Granel. Ela vem numa movimentação, sai de 1 milhão de litros, vai para 6 milhões, 7 milhões, 6 milhões, aí cai para 1 milhão e 800, 1 e 800, 2, 2, e ela... 3, 2, 1, 600, 65, 700, zero. Por que o senhor desativou a compra de gasolina A dessa empresa?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu não, não tenho esses números, Deputado, que o senhor está...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor tem esses números, porque foi o senhor que passou para a ANP.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, a empresa fez o DCP, é o que está aí. Então, os números são esses. Agora, porque parou, desviou a movimentação dela talvez para outra empresa, alguma coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim, mas em qual outra empresa que foi a movimentação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ah, provavelmente tenha ido para a Fórmula.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, vamos falar da Fórmula de novo.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Vamos falar da Fórmula, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Só que o senhor declarou que na Fórmula o senhor começou de março para cá.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Sim, mas toda a movimentação nossa hoje é concentrada na Fórmula Brasil.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Hoje?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas e antes da Fórmula era na Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Isso, tinha uma parte na Granel. Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor parou de trabalhar então nesse período...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... até passar para a Fórmula?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não parou. Como parou?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas se o senhor...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, tá aí a cota, a movimentação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Está aqui. Mas de repente o senhor movimenta hoje 30 milhões de litros/mês.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Provavelmente, está aqui nos dados da Fórmula... E mesmo assim a Fórmula Brasil, na compra de gasolina, a movimentação dela hoje — vamos ver se é isso mesmo —, ela está até em decréscimo também a Fórmula Brasil.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser. Compra de terceiros, compra congênere de outras distribuidoras.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim, mas pela sua...



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É normal. Pode. Isso é uma operação normal.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Pode, sim. Mas então o senhor tem uma parceria de compra e venda com uma outra distribuidora, que seria essa que...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Veja bem. Se no mercado eu tenho uma oferta de gasolina numa condição melhor que da PETROBRAS e que muitas vezes ela é bombeada da própria PETROBRAS, é isso que... Entendeu?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E aí que vem então a pergunta.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Aí se compra de fora. Isso é permitido, a compra congênere.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quer dizer que o senhor não deixou de mais para...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A gente chama de compra congênere.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E qual empresa ou essas empresas que teria essa participação junto com o senhor?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não tem participação junto com a gente. São empresas que forneceram, no caso, para Fórmula Brasil, entendeu?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não. Eu também não sei, vou perguntar para ele agora.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor comprou a gasolina A de alguma empresa que tinha liminar do seu conhecimento?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, pode ser. Às vezes eu não tenho o conhecimento de que ela tem liminar, mas ela me oferece uma condição melhor que aquela da PETROBRAS. A nota dela que eu recebo não consta nenhum desconto, ela não está transferindo o débito fiscal para mim e me faz uma condição melhor, e eu estou em dia, não tem por que eu não comprar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu vou fazer a pergunta mais direta para o senhor.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor patrocinou algum tipo de empresa que entrou com o pedido de liminar, ganhou essa liminar para lhe fornecer a gasolina A mais barata?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor nunca participou, por ação direta ou indireta, com pequenas empresas, com empresa laranja, postos de gasolina?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor nunca foi procurado por advogados ou empresas que pediram a sua ajuda para ter essa liminar...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... e que o senhor tirasse essa gasolina?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, vamos lá agora na Granel do álcool. (*Ininteligível.*) o senhor estava na Granel, não é isso? O senhor negociava o álcool hidratado na Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em 99 o senhor lembra pelo menos se fez alguma operação com álcool hidratado, de compra, com outras distribuidoras?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu teria que verificar esses dados para lhe informar corretamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas alguma negociação houve?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Ah, deve ter havido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em 2000, houve com álcool hidratado?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Com álcool hidratado?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Tranquilo. É possível ter ocorrido, tanto em 99 como em 2000. Eu não tenho esse número. Eu não tenho aqui um gráfico...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Alguma coisa houve?



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Que me mostre. Com certeza deve ter.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Alguma coisa houve.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E 2002? Houve também?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É verdade, está certo? Em 2003 não houve mais porque o senhor deixou de ter a Granel e passou a ter Fórmula, não é isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Passou a operar pela Fórmula.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O que foi feito com a Granel?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - A Granel existe até hoje.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ah, existe até hoje.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Existe.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E tem movimentação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Hoje, acho que é pequena a movimentação, mas tem. Não sei precisar a movimentação dela.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu queria fazer uma última pergunta.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A Granel teve uma autuação, no ano de 2002, e a autuação foi relativa a PIS e COFINS. Houve isso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em 2002?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em 2000, aliás, desculpe.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Em 2000?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não sei, Deputado. Pode ser que houve, mas eu não...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O volume do valor que nós temos informações aqui é um volume difícil de esquecer, porque aqui, nesse dossiê que temos aqui, foi uma multa perto de 3 milhões de reais.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Contra a Granel?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Contra a Granel Petróleo.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pode ser. Eu não tenho esse número, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor nem sabe se foi pago, se não foi?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Três milhões de reais?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu estou achando estranho isso aí. Mas tem que ser apurado. Não sei.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor não lembra disso?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Eu não tenho, não lembro desse auto, não, de 3 milhões. É um auto?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Autuada pela Receita Federal.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não. Não tenho ciência disso daí, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu considero satisfeito, Sr. Presidente, embora eu continue fazendo os meus levantamentos aqui, como é do seu conhecimento e do nobre Relator, e vou continuar fazendo essas investigações. Aliás, tenho mais uma última pergunta. Eu recebi uma denúncia anônima que, no final do ano passado, o senhor recebeu um lote muito grande de nafta, proveniente da Bolívia. O senhor já ouviu falar desse tipo de acusação?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não tenho, não tenho a menor relação nisso. É uma pena que a pessoa não é capaz de se identificar. Agora, deve ter, veja bem, se vem nafta da Bolívia, deve ter alguma guia de importação e exportação que comprove o que saiu de lá e entrou. Eu não comprei nada da Bolívia. Não tenho a menor relação em nada relacionada a isso. Aliás, não fiz nenhuma importação nem de gasolina, nem de nafta.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nem legal, nem ilegal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Nem legal e muito menos ilegal.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor tem amizade com algum agente da Polícia Federal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - É.



O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não tenho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor não conhece nenhum agente da Polícia Federal?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não. Não conheço.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nesses últimos dias, houve alguma presença ou visita da Polícia Federal nas suas empresas?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ficou sabendo de alguma diligência?

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Satisfeito, Sr. Presidente. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Último inscrito, o Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, nobres Deputados, realmente após ter ouvido os Deputados que nos antecederam, fica para nós até difícil de formular pergunta, até porque elas atenderam ao que perguntaria. Portanto, declinarei de várias perguntas que pudesse fazer. Mas ao mesmo tempo fazer aqui só para um complemento de resposta, quando indagado o Dr. Dirceu, com referência ao dinheiro que foi preso no carro da sua empresa. Gostaria da colocação, porque pelo menos ventilou-se, falou-se, veio à tona nome de Parlamentar, a exemplo que esse dinheiro seria para o Deputado Gilberto Kassab. Gostaria que o depoente pudesse falar um pouco desse assunto, pelo menos para fechar essa curiosidade, essas interrogações que existem.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Bom, o que eu posso dizer para o senhor é só uma coisa: eu nem conheço o Deputado Kassab. Não conheço. Não conheço o Deputado Kassab, não tenho relação com ele, não tenho nada. E acho que não tenho o que falar com relação à pessoa dele. Eu não conheço ele e não sei nem porque apareceu o nome dele nessa história. O que eu sei, a história real foi aquela que chegou para mim depois do fato ocorrido: que o piloto estaria indo lá comprar o helicóptero. O que chegou para mim foi aquilo. E ele disse que vai apresentar a justificativa do porquê ele tem aquele dinheiro, de onde veio, provando que ele estava fazendo aquilo.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Bem, Sr. Presidente, acompanhando de perto e sabendo que ouviríamos nesta Casa o Dr. Dirceu, e vir



até este plenário, e diga-se de passagem que não é fácil enfrentar um Plenário como este, mas estou, até que provem em contrário, convencido, até porque pela forma que tem colocado de maneira firme frente a esta Comissão, frente aos membros desta Comissão, frente a sua família,...

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - ... esposa, filho, filha, aos seus amigos, e me pareceu firme nas colocações e desejo que toda ela se comprove ao longo do tempo e que o senhor continue sendo o empreendedor que se apresenta ser em benefício positivo do nosso País. Era o que tinha a falar.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, salvo menor engano, parece-me que essa oitiva foi a maior oitiva que esta CPI já fez. Porque hoje até mudou o procedimento cominado. Aqui as perguntas eram feitas em 2 blocos que os Deputados iam perguntando e, depois, o depoente respondia. Eu quero falar para o Sr. Dirceu o seguinte: o senhor tem pretensão algum dia de ser Presidente do Banco Central ou do Tribunal de Contas da União? Se o senhor tivesse pretensão e estivesse no Senado Federal o senhor já estaria aprovado. Pode ter certeza disso.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Muito obrigado, nobre Deputado, mas não tenho essa pretensão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Concedo a V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, primeiro, quero, mais uma vez, enfatizar para que fosse remetida à Procuradoria desta Casa a reportagem em que fazem alguns pronunciamentos sobre esta Comissão e a pessoa de V.Exa. Segundo, Sr. Presidente, pediria uma investigação imediata, da Polícia Federal, para ver quem está distribuindo dossiês nesta Comissão, porque esta Comissão tem que ser respeitada, não podemos ficar aqui à mercê de algum Deputado que tem interesse, que jogam alguns dossiês aqui que, por acaso, não



vêm para mim. Mas não podemos ficar sendo monitorados por interesses que não sejam referentes a esta Comissão. Portanto, Sr. Presidente, é salutar para a continuidade dos nossos trabalhos, que a Polícia Federal comece a investigar imediatamente quem está distribuindo, quem está monitorando por telefonema, pessoas desta Comissão, para que tenhamos aqui a clareza que a sociedade precisa ter, porque estamos aqui para dar outro tratamento e outra condução aos casos dos combustíveis no País, para que aqui não haja interesse de alguns sendo monitorados em detrimento ou em prejuízo de outros. Portanto, Sr. Presidente, fiquei até este momento aqui. Porque vim conduzido em uma direção hoje e, pelo que me foi colocado aqui, espero que nós possamos aprofundar. E eu vou fazer questão, inclusive, na evasão de divisas, vou buscar todas as informações possíveis para devolver algumas informações a esta Comissão. Mas acho que esta Comissão tem que se impor. Alguns que querem aqui monitorar esta Comissão é em detrimento, em prejuízo de outros. Portanto, esta Comissão deve ter uma lisura plena e, para isso, é necessário que a Polícia Federal intervenha neste caso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Antes de terminar quero passar ao Sr. Dirceu uma intimação, convidando-o para que esteja às 11h, na quarta-feira, neste plenário, para continuar o seu depoimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Acho que, até mesmo para esta Casa aqui, toda a convocação tem que ser aprovada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não. Quero dizer que já tínhamos feito esta convocação e teremos uma reunião ordinária. Qualquer Deputado que (*ininteligível*) de ofício, de um requerimento da Comissão, do seu Presidente, então se algum Deputado for contra esta convocação que estou acabando de dizer, nós teremos audiência pública às 10h da manhã, é só levantar, e aí o Plenário define na reunião.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Só para ajudar, está dentro da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Mas está dentro...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu estou preocupado com a legalidade dos andamentos aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso com base nos termos do inciso III do art. 51 da Constituição brasileira e do inciso II do art. 36 do Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sim, Sr. Presidente, mas voltando, há alguma deliberação de convocação? Só para questão de — eu acho que deverá retornar —, é uma questão que daqui a pouco, numa ação, a gente não perder o processo legal da Casa. Ela tem que ser aprovada internamente, já que é um outro momento que o depoente terá que vir aqui. E também que nós possamos não fazer como fizemos hoje. Que tenha condições de buscar elementos para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Até porque ele precisa se agendar. Ele mesmo disse que não há problema nenhum, mas que precisa se agendar. Então, eu já estou encaminhando, de público, na quarta-feira, às 11 horas. Está encerrada a nossa sessão.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu pergunto: nós temos aí coisas a receber da própria empresa dele, pelo menos foi me deixado aqui pelo Deputado Eduardo Cunha, até para poder fazermos análise de documentos, porque ele aqui confessou que já recebeu essa intimação, para nós fazermos essa análise. O senhor não acha oportuno, realmente, nós fazermos essa análise, já que poderá acontecer também outra convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Olha só. A convocação quem faz é o Presidente da Comissão. Se nós acharmos...

(Não identificado) - Sim, mas os requerimentos de V.Exa., todos eles foram submetidos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - E esse requerimento está submetido ao Plenário, que é o requerimento do nobre Deputado Luciano Zica, que foi aprovado no última reunião, nobre Deputado.

(Não identificado) - Eu não sabia. Na quarta-feira? Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Claro que foi aprovado. Foi aprovado esse requerimento. Se eu não tivesse parâmetro nenhum legal, eu não teria feito isso. Foi um requerimento aprovado. Só que nós estamos dando continuidade...



(Não identificado) - Pela ordem Sr. Presidente. Esse requerimento, ele foi convocado para hoje. E infelizmente não recebeu a convocação para o dia 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Mas é por isso eu quero dizer que... Nós começamos essa audiência com acordo da Comissão. Quero que fique bem claro, porque a imprensa está aqui, a imprensa está aqui e quero que registre. Nós começamos esta reunião, em detrimento da convocação do dia 1º, o qual estou entregando às 11h da manhã. E foi feito via telefone, pela secretaria. A secretária me avisou que foi comunicada a mudança. Então, nós, por orientação da secretaria, escutamos hoje, sem detrimento da convocação no dia 1º.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho a certeza absoluta, pela oitiva de hoje, que ele vai voltar no dia 1º, vai voltar no dia 10, vai voltar no dia 30 e vai continuar a mesma coisa. Só se aparecer um fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu entendo que a sessão está encerrada. A CPI libera o depoente e os que o acompanham, para que outros assuntos emergenciais, que por ventura precisem ser discutidos nesta CPI, sejam discutidos reservadamente entre os membros da CPI. Nós não vamos transformar, de repente, uma questão de encaminhando numa assembléia pública. Então, eu entendo que a sessão está encerrada, o depoente está liberado do depoimento, e nós vamos ver os encaminhamentos e os informes finais dos trabalhos desta CPI.

(Não identificado) - Sr. Presidente, só para encerrar. Eu sei que o senhor vai encerrar os trabalhos. Eu acho que nós perdemos o nosso tempo aqui hoje. Nós deveríamos ter transferido, nem ter ouvido o depoente hoje, e sim na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está encerrada a reunião.